

## Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado		Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado		
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024		31/12/2023	Notas	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	Notas	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo circulante</b>					<b>Passivo circulante</b>					<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.565	25.965	16.147	Fornecedores	14	159.622	136.729	159.601	137.254					
Contas a receber	6	54	17.235	46.678	Salários e encargos sociais	17	28.109	19.202	55.191	30.721					
Estoques	7	92.574	102.810	169.831	Impostos a recolher	18	110.188	95.405	108.946	101.130					
Créditos diversos	8	6.241	6.136	8.597	Adiantamento de clientes	19	15.870	20.749	24.332	25.607	11 e 12	32.293	47.323	47.899	58.492
Impostos a recuperar	9	100.954	71.470	112.733	Passivo de arrendamento	13	22.692	51.556	67.667	80.001					
Partes relacionadas		253.288	113.389	-	Outras contas a pagar	20	26.302	28.192	44.845	35.662					
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>462.676</b>	<b>337.005</b>	<b>353.986</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>362.783</b>	<b>351.833</b>	<b>460.582</b>	<b>410.375</b>					
<b>Ativo não circulante</b>					<b>Passivo não circulante</b>					<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Investimentos	10	-	14.888	-	Provisão para perdas em investimentos	12	245.768	-	-	-					
Impostos a recuperar	9	120.958	153.975	121.167	Provisão para contingências	22	49.617	23.285	49.617	23.285					
Depósitos e bloqueios judiciais	22	9.154	14.614	9.154	Empréstimos e financiamentos	15	357.833	364.149	357.833	364.149					
Créditos diversos	8	210.110	91.368	3.443	Impostos a recolher	18	12.837	17.126	12.838	26.865					
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>340.222</b>	<b>274.845</b>	<b>133.764</b>	Partes relacionadas	16,3	68.948	39.645	-	-					
Imobilizado	11	40.135	36.556	121.383	Contas a pagar a não controladores	16	256.825	160.206	256.825	160.206					
Direito de uso	13	102.338	223.811	275.983	Passivo de arrendamento	13	109.898	223.637	266.809	315.287					
Intangível	12	67.237	76.921	67.487	Tributos diferidos	13	55.821	55.821	55.821	55.821					
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>549.932</b>	<b>612.133</b>	<b>598.617</b>	Outras contas a pagar	20	65.032	61.514	65.032	61.511					
<b>Total do ativo</b>		<b>1.012.608</b>	<b>949.138</b>	<b>952.603</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.222.579</b>	<b>945.383</b>	<b>1.064.715</b>	<b>1.007.124</b>					
					<b>Patrimônio líquido</b>					<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
					Capital social	23	238.971	238.970	238.971	238.970					
					Reserva de capital		25.741	25.467	25.741	25.467					
					Prejuízos acumulados		(837.466)	(612.515)	(837.466)	(612.515)					
					<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(572.754)</b>	<b>(348.078)</b>	<b>(572.754)</b>	<b>(348.078)</b>					
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.012.608</b>	<b>949.138</b>	<b>952.603</b>	<b>1.069.421</b>					

  

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de plano de opções de compra de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2023</b>	238.971	13.974	3.915	6.837	(289.855)	(26.518)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(322.660)	(322.660)
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	741	-	-	741
<b>Saldos em 01 de dezembro de 2024</b>	238.971	13.974	4.656	6.837	(612.515)	(348.077)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(224.951)	(224.951)
Opções outorgadas reconhecidas	-	-	274	-	-	274
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	238.971	13.974	4.930	6.837	(837.466)	(572.754)

  

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	24	1.000.134	992.175	1.034.175	1.079.042
Custo dos produtos vendidos	25	(466.161)	(465.415)	(473.624)	(489.655)
<b>Lucro bruto</b>		<b>533.973</b>	<b>526.760</b>	<b>560.551</b>	<b>589.387</b>
Despesas comerciais	26.a	(131.754)	(236.777)	(378.131)	(409.031)
Despesas gerais e administrativas	26.b	(180.946)	(226.968)	(205.238)	(263.558)
Resultado de equivalência patrimonial		(285.899)	(167.629)	-	-
Perda de crédito esperada		(3.142)	(1.334)	(3.144)	(1.576)
Outras despesas operacionais	27	(52.832)	(75.081)	(52.348)	(70.684)
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>		<b>(654.573)</b>	<b>(707.789)</b>	<b>(638.861)</b>	<b>(744.849)</b>
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>		<b>(120.600)</b>	<b>(181.029)</b>	<b>(78.310)</b>	<b>(155.492)</b>
Despesas financeiras	28	(153.475)	(157.339)	(196.732)	(182.889)
Receitas financeiras	28	49.124	15.709	50.091	15.721
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(104.351)</b>	<b>(141.630)</b>	<b>(146.641)</b>	<b>(167.181)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(224.951)</b>	<b>(322.659)</b>	<b>(224.951)</b>	<b>(322.660)</b>
Prejuízo por ação - em R\$					
Básico		(0,54410)	(0,119730)		
Diluído		(0,54410)	(0,119730)		

  

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício		(224.951)	(322.659)	(224.951)	(322.660)
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>		<b>(224.951)</b>	<b>(322.659)</b>	<b>(224.951)</b>	<b>(322.660)</b>

  

Demonstrações dos Valores Adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas</b>		<b>1.241.664</b>	<b>1.238.110</b>	<b>1.301.173</b>	<b>1.349.363</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	24	1.244.806	1.236.726	1.304.317	1.347.903
Outras receitas		(3.142)	(2.718)	-	(3.036)
Perdas de crédito esperadas	6	(600.812)	(619.000)	(607.227)	(671.000)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(600.812)</b>	<b>(619.000)</b>	<b>(607.227)</b>	<b>(671.000)</b>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(466.161)	(465.415)	(473.624)	(489.685)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(67.746)	(84.907)	(67.598)	(110.763)
Frete		(66.905)	(68.678)	(66.005)	(70.552)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>640.852</b>	<b>619.110</b>	<b>693.946</b>	<b>678.363</b>
Depreciação e amortização		(63.980)	(98.576)	(124.149)	(136.525)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>		<b>576.872</b>	<b>520.534</b>	<b>569.797</b>	<b>541.838</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>(236.775)</b>	<b>(151.920)</b>	<b>50.091</b>	<b>51.721</b>
Resultado de equivalência patrimonial	10	(285.899)	(167.629)	-	-
Receitas financeiras	28	49.124	15.709	50.091	15.721
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>340.097</b>	<b>368.614</b>	<b>619.888</b>	<b>557.559</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>340.097</b>	<b>368.614</b>	<b>619.888</b>	<b>557.559</b>
<b>Pessoal</b>		<b>98.367</b>	<b>128.556</b>	<b>184.525</b>	<b>188.116</b>
Remuneração direta		67.913	85.919	134.412	132.265
Benefícios		25.550	33.363	40.559	41.998
F.G.T.S.		4.630	8.533	9.280	13.112
Plano de pagamentos baseados em ações		274	741	274	741
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>265.583</b>	<b>277.617</b>	<b>316.439</b>	<b>319.850</b>
Federais		145.499	122.902	98.411	104.303
Estaduais		117.986	149.073	205.986	203.248
Municipais		2.098	5.642	12.042	12.299
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>201.098</b>	<b>285.102</b>	<b>343.875</b>	<b>372.252</b>
Juros		158.547	165.575	202.085	192.021
Aluguéis		35.797	58.872	117.911	113.766
Despesas com cobranças		6.034	11.415	21.773	22.144
Outras		720	49.240	2.106	44411
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>(224.951)</b>	<b>(322.661)</b>	<b>(224.951)</b>	<b>(322.659)</b>
Prejuízos no exercício		(224.951)	(322.661)	(224.951)	(322.659)

2.3. Base de mensuração e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto a valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo custo amortizado e valor justo. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Grupo, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

2.4. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC): As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos nos empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.5.1 Estimativas e premissas contábeis críticas: Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

2.5.2 Transações com pagamentos baseados em ações: O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota Explicativa nº 23(e).

2.5.3 Tributos: Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. O Grupo constituiu provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

2.5.4 Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos: Ativos e passivos tributários corrente são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço e geram receita tributável. O imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são reconhecidos na demonstração do resultado do Grupo. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. A Nota Explicativa nº 21 fornece detalhes sobre imposto de renda corrente e diferido.

2.5.5 Provisão para demandas judiciais: O Grupo tem diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 22. No processo de elaboração e revisão dessas provisões são considerados aspectos como a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. A administração, em conjunto com seus assessores jurídicos internos e externos, julga que essas provisões para risco tributáveis, civis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais desfechos desfavoráveis no decorrer dos

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. ... continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/04/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal) ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



... continuação

Estok Comércio e Representações S.A.

processos. **2.5.6. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão:** O Grupo determina o prazo de arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. O Grupo possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Essa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou do rescisão. Após a mensuração inicial o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir, não considerando essas estimativas em um prazo superior ao do contrato de arrendamento. **2.5.7. Valor recuperável líquido:** O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e despesas diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda, incluindo os ajustes para estoques obsoletos ou de baixa movimentação, margem negativa e perdas de inventários. O valor realizável líquido é calculado pelo preço médio de venda, deduzido os custos: i) Tributos incidentes sobre a venda; ii) Despesas de pessoal atrelada diretamente a venda; iii) Custos do estoque; iv) Gastos estimados para se concretizar a venda. **2.6. Classificação circulante versus não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal do Grupo; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; • O Grupo não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.7. Segmento operacional:** O Grupo possui um único segmento operacional, o varejo, que é utilizado pelo Conselho de Administração e diretoria para fins de análises e tomadas de decisões.

**3. Políticas contábeis materiais –** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação contrária. **3.1. Base de consolidação:** i) **Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposta a ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de efetuar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. ii) **Investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:** O investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os custos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida, por meio do método de equivalência patrimonial, até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. iii) **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminadas contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.2. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **3.2.1. Ativos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração:** No reconhecimento inicial o Grupo mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. **Mensuração subsequente:** Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será: i) **Custo amortizado:** esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. O Grupo reconhece nessa categoria contas a receber de clientes; ii) **Valor justo por meio do resultado:** os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. O Grupo reconhece como ativos financeiros classificados nesta categoria: caixa e equivalentes de caixa. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou expirarem; ii) O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: i) o valor do ativo; e ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **3.2.2. Passivos financeiros Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação. **Mensuração subsequente:** Observando a classificação dos passivos, a mensuração subsequente será: i) **Custo amortizado:** os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, em que ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização; ii) **Valor justo por meio do resultado:** os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando uma obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **3.3. Mensuração do valor justo:** O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • **Nível 1 –** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos identificados a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • **Nível 2 –** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3 –** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. O Grupo determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente. O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pelo Grupo, após discussão com o Grupo e respectiva aprovação de decisão recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Para fins de divulgação do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. **3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são somente registrados se considerados relevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **3.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O

Grupo considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para perdas de crédito esperadas (*impairment*). **3.7. Estoques:** Os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado histórico ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O valor realizável líquido é o preço de venda líquido de impostos estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas com vendas. Quando aplicável, é constituída provisão para perda de estoques obsoletos ou de baixa movimentação. As provisões para perdas nos estoques são constituídas conforme procedimentos estabelecidos pela administração. **3.8. Imobilizado:** Demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de montagem das lojas, exceto terrenos que estão sendo apresentados pelo custo atribuído na data de transição para os novos CPC's em 2010, conforme permitido pela norma. A determinação do custo atribuído foi apurada por laudo de avaliação de especialistas e ocasionou mais-valia no montante de R\$10.359 (R\$6.837, líquido do efeito tributário). A administração julgou que para as demais classes de ativo a aplicação do custo atribuído não traria aprimoramentos significativos às demonstrações contábeis principalmente devido à representatividade dos principais ativos e pelo fato do principal ativo do Grupo estar representado por benfeitorias em imóveis de terceiros. As benfeitorias em imóveis de terceiros, executadas com objetivo de preparar as lojas para operação, bem como as ampliações de lojas existentes, são registradas no ativo imobilizado e depreciadas pelo prazo de vigência dos contratos de aluguel, que podem ser renovados, ou sua vida útil estimada pelo prazo do contrato. Os custos incorridos após a aquisição ou construção inicial dos ativos não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de eventuais itens ou partes substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados e as demais classes de ativo são depreciadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas. As vidas úteis são revisadas anualmente pela administração com o objetivo de equilibrar eventuais desvios entre as taxas utilizadas e os reais desgastes desses ativos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. **3.9. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, softwares desenvolvidos por equipe interna e por terceiros para a finalidade dos negócios e ponto comercial. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revisados, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis. Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do ativo. **3.10. Depósitos judiciais:** Existem situações em que o Grupo questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante. **3.11. Tributos:** **3.11.1. Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são reconhecidos na demonstração do resultado do Grupo. A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **3.11.2. Tributos diferidos:** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, exceto: • Quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo fiscal; • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período de reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando: • Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou no patrimônio líquido. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **3.11.3. Tributos sobre vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **3.12. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. O Grupo mantém saldos de fornecedores *"confirming"* (operações de risco-sacado), decorrente de transações do Grupo e seus fornecedores de produtos, para atender aos interesses mútuos no que tange a liquidez e capital. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e o Grupo, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito do Grupo junto a instituições financeiras. Nesse operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento do título para a instituição financeira em troca recebe antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação. Esta transação não altera as características das condições comerciais, prazos e valores anteriormente estabelecidos entre o Grupo e seu fornecedor. **3.13. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **3.13.1. Grupo como arrendatária:** O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **3.13.1.1. Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. **3.13.1.2. Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo possui uma estrutura de capital enxuta, e seus

endividamentos são utilizados exclusivamente para capital de giro, sendo que as taxas são CDI + Spread. Para definição da taxa incremental, o Grupo utilizou o spread recorrente de suas operações de antecipação e na projeção de CDI para os prazos de seus contratos, obtive cotações observáveis em mercado (CDI Futuro obtido junto à B3). Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **3.13.1.3. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Em 31 de dezembro de 2024 o montante referente a aluguel de equipamentos é de R\$743 (R\$1.684 em 2023). **3.14. Benefícios a empregados:** **3.14.1. Participação nos lucros:** O reconhecimento dessa participação é efetuado com base em estimativas e revisado quando do encerramento do exercício. **3.14.2. Previdência complementar (contribuição definida):** O Grupo paga contribuições a planos de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido efetuadas, o Grupo não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos gastos de pessoal. **3.14.3. Outros benefícios:** Os benefícios de assistência médica concedidos aos empregados são integralmente subsidiados pelo Grupo e são encerrados no momento do desligamento, não sendo estendido a empregados aposentados ou garantia sua permanência no plano por meio de contraprestação direta ou indireta ou em apólice exclusiva. **3.15. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento futuro. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.16. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.17. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O Grupo conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **3.17.1. Receita de venda de produtos – varejo:** O Grupo opera com uma cadeia de lojas para a comercialização de móveis, utensílios e objetos de uso pessoal, doméstico, profissional e de decoração. As vendas no varejo são, majoritariamente, realizadas via cartão de crédito ou débito, os quais ficam registrados no balanço como receitas diferidas até o momento do reconhecimento da receita. A receita de venda é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, o que ocorre geralmente na entrega do produto. **3.17.2. Programa de fidelidade – cashback "Clube Tok&Stok":** O Grupo implementou em 2022, um programa de fidelidade, o Clube Tok&Stok, que permite aos clientes utilizarem descontos nas futuras compras em até 60 dias. O Cashback concedido pelo programa de fidelidade gera uma obrigação de performance separada, pois fornece um direito material ao cliente. Uma parcela do preço da transação é alocada ao programa de fidelidade concedido aos clientes com base no preço de venda individual relativo e reconhecida como um passivo de contrato até que o cashback seja resgatado. A receita é reconhecida no momento do resgate do cashback utilizado pelo cliente. Ao estimar o preço de venda individual do cashback, o Grupo registra a dedução da receita como receita diferida gerada pelo programa de fidelidade levando em consideração o histórico de realização dos descontos, dessa forma, registra a proporção do crédito que há expectativa de ser exercida pelo cliente, de resgatar os créditos. O Grupo atualiza suas estimativas dos valores que serão resgatados trimestralmente e quaisquer ajustes ao saldo passivo do contrato são lançados contra a receita. Conforme previsto no contrato padrão do Grupo, os clientes têm direito de devolver as mercadorias por um período determinado em caso de defeito de fabricação. Ao mesmo tempo, o Grupo tem o direito de recuperar o produto quando os clientes exercem o direito de devolução; portanto, o Grupo reconhece o direito às mercadorias devolvidas e o correspondente ajuste do custo das vendas. **3.17.3. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando são identificadas contas a receber que incorporam juros de períodos futuros, o valor contábil é reduzido para o seu valor recuperável que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **3.18. Capital social:** As ações ordinárias totalmente subscritas e integralizadas estão classificadas no patrimônio líquido. **3.19. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. Ao longo do ano de 2021, o Grupo concluiu a migração de seu Centro de Distribuição para a cidade de Extrema/MG, de onde são realizados os abastecimentos de suas lojas para todo o Brasil e suas vendas para consumidor final capturadas por meio de comércio eletrônico. Desde então, o Grupo possui Regime Especial concedido pelo Estado de Minas Gerais para suas operações de vendas no âmbito do comércio eletrônico e telemarketing, que são realizadas com crédito presumido de ICMS. O Regime Especial foi concedido sob número e-PTA-RE nº 45.000022734-54 e possui efeitos por prazo indeterminado, conforme art. 56 do Regime Especial. **3.20. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Grupo é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social do Grupo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados para pagamento pelos acionistas, em Assembleia Geral. **3.21. Pagamento baseado em ações:** O Grupo concede a um grupo de funcionários planos de opção de compra de ações ou bônus de subscrição. O Grupo mensura o custo de transações com pagamento baseado em ações com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos planos de opções de compra de ações e dos bônus de subscrição requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota Explicativa nº 23. e. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamento baseado em ações, no patrimônio líquido. **3.22. Seguros:** As despesas com prêmios de seguros são registradas como despesas antecipadas, e reconhecidas na demonstração do resultado, linearmente, no período de vigência das apólices. **3.23. Resultado por ação:** O Grupo efetua os cálculos do lucro/(prejuízo) por ação básico utilizando o número médio ponderado das ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado. O lucro/(prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação. **3.24. Reclassificações para melhoria na apresentação:** Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a administração do Grupo realizou uma revisão das classificações contábeis de determinadas rubricas, com o objetivo de aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis e convergir com as políticas contábeis de apresentação de seu novo controlador. Como resultado dessa revisão, foram efetuadas reclassificações entre linhas de determinadas rubricas, sem impactar nos valores finais dos grupos de ativos e passivos, bem como lucro ou prejuízo. Para assegurar a comparabilidade entre os exercícios apresentados, os saldos comparativos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados de forma retrospectiva. Tais alterações de apresentação foram efetuadas exclusivamente para fins de melhoria na forma de divulgação, e não representam mudanças em políticas contábeis, estimativas contábeis ou correção de erros, conforme definidos no Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

**4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas –** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia e suas controladas não adotaram de maneira antecipada essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. **a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/04/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Estok Comércio e Representações S.A.																																																																																																																					
Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações contábeis. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações contábeis. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações contábeis, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". <b>b) Outras Normas</b> Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas do Grupo: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21). • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).																																																																																																																					
<table border="1"> <tr> <td>2025</td> <td colspan="2"></td> <td colspan="2"></td> <td colspan="2"></td> <td colspan="2"></td> <td>31/12/2023</td> </tr> <tr> <td>2026</td> <td>55.597</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>2027 em diante</td> <td>66.685</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>173.771</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>										2025									31/12/2023	2026	55.597									2027 em diante	66.685									<b>Total</b>	<b>173.771</b>																																																																												
2025									31/12/2023																																																																																																												
2026	55.597																																																																																																																				
2027 em diante	66.685																																																																																																																				
<b>Total</b>	<b>173.771</b>																																																																																																																				
<b>10. Investimento – 10.1. Composição do investimento</b>																																																																																																																					
<table border="1"> <tr> <td rowspan="2">Investida</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td rowspan="2">Resultado Líquido</td> </tr> <tr> <td>Participação</td> <td>Valor</td> <td>Participação</td> <td>Valor</td> <td>Ativo circulante</td> <td>Ativo não circulante</td> <td>Passivo circulante</td> <td>Passivo não circulante</td> </tr> <tr> <td>Estok Distribuidora e Serviços S.A.</td> <td>100%</td> <td>(245.768)</td> <td>100%</td> <td>14.889</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>227.276</b></td> <td><b>323.952</b></td> <td><b>309.166</b></td> <td><b>408.700</b></td> <td><b>(166.640)</b></td> <td><b>(251.711)</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>										Investida	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido	Participação	Valor	Participação	Valor	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Estok Distribuidora e Serviços S.A.	100%	(245.768)	100%	14.889						<b>Total</b>	<b>227.276</b>	<b>323.952</b>	<b>309.166</b>	<b>408.700</b>	<b>(166.640)</b>	<b>(251.711)</b>																																																																									
Investida	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido																																																																																																												
	Participação	Valor	Participação	Valor	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante																																																																																																													
Estok Distribuidora e Serviços S.A.	100%	(245.768)	100%	14.889																																																																																																																	
<b>Total</b>	<b>227.276</b>	<b>323.952</b>	<b>309.166</b>	<b>408.700</b>	<b>(166.640)</b>	<b>(251.711)</b>																																																																																																															
<b>10.2. Informações contábeis resumidas</b>																																																																																																																					
<table border="1"> <tr> <td rowspan="2">Investida</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td rowspan="2">Resultado Líquido</td> </tr> <tr> <td>Ativo circulante</td> <td>Ativo não circulante</td> <td>Passivo circulante</td> <td>Passivo não circulante</td> <td>Patrimônio líquido</td> <td>Resultado Líquido</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Estok Distribuidora e Serviços S.A.</td> <td>227.276</td> <td>323.952</td> <td>309.166</td> <td>408.700</td> <td>(166.640)</td> <td>(251.711)</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>227.276</b></td> <td><b>323.952</b></td> <td><b>309.166</b></td> <td><b>408.700</b></td> <td><b>(166.640)</b></td> <td><b>(251.711)</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>										Investida	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado Líquido			Estok Distribuidora e Serviços S.A.	227.276	323.952	309.166	408.700	(166.640)	(251.711)				<b>Total</b>	<b>227.276</b>	<b>323.952</b>	<b>309.166</b>	<b>408.700</b>	<b>(166.640)</b>	<b>(251.711)</b>																																																																									
Investida	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido																																																																																																												
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado Líquido																																																																																																															
Estok Distribuidora e Serviços S.A.	227.276	323.952	309.166	408.700	(166.640)	(251.711)																																																																																																															
<b>Total</b>	<b>227.276</b>	<b>323.952</b>	<b>309.166</b>	<b>408.700</b>	<b>(166.640)</b>	<b>(251.711)</b>																																																																																																															
<b>11. Imobilizado</b>																																																																																																																					
<table border="1"> <tr> <td rowspan="2">Terrenos</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td rowspan="2">Resultado Líquido</td> </tr> <tr> <td>Custo total</td> <td>Depreciação acumulada</td> <td>Valor líquido</td> <td>Custo total</td> <td>Depreciação acumulada</td> <td>Valor líquido</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td>13.914</td> <td>(6.711)</td> <td>7.203</td> <td>15.465</td> <td>(25.877)</td> <td>15.465</td> <td>15.465</td> <td>15.465</td> <td>15.465</td> </tr> <tr> <td>Máquinas, equip. e ferramentas</td> <td>8.736</td> <td>(5.228)</td> <td>3.508</td> <td>43.902</td> <td>(14.857)</td> <td>29.045</td> <td>43.280</td> <td>43.280</td> <td>43.280</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática/Computadores</td> <td>24.386</td> <td>(21.467)</td> <td>2.919</td> <td>23.832</td> <td>(28.247)</td> <td>5.585</td> <td>21.719</td> <td>21.719</td> <td>21.719</td> </tr> <tr> <td>Estruturas/Instalações</td> <td>25.572</td> <td>(11.473)</td> <td>14.099</td> <td>31.701</td> <td>(55.345)</td> <td>37.600</td> <td>35.664</td> <td>35.664</td> <td>35.664</td> </tr> <tr> <td>Benefetórias</td> <td>23.723</td> <td>(12.312)</td> <td>11.411</td> <td>123.083</td> <td>(86.947)</td> <td>36.136</td> <td>90.295</td> <td>90.295</td> <td>90.295</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>466</td> <td>(466)</td> <td>—</td> <td>2.224</td> <td>(1.136)</td> <td>1.088</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Equip. de telefonia</td> <td>2.919</td> <td>(2.369)</td> <td>550</td> <td>538</td> <td>(538)</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Outros imobilizados</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>4.017</td> <td>(3.377)</td> <td>640</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td><b>Imobilizado total</b></td> <td><b>100.161</b></td> <td><b>(60.026)</b></td> <td><b>40.135</b></td> <td><b>337.707</b></td> <td><b>(216.324)</b></td> <td><b>121.383</b></td> <td><b>330.637</b></td> <td><b>(189.180)</b></td> <td><b>141.457</b></td> </tr> </table>										Terrenos	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido			Móveis e utensílios	13.914	(6.711)	7.203	15.465	(25.877)	15.465	15.465	15.465	15.465	Máquinas, equip. e ferramentas	8.736	(5.228)	3.508	43.902	(14.857)	29.045	43.280	43.280	43.280	Equipamentos de informática/Computadores	24.386	(21.467)	2.919	23.832	(28.247)	5.585	21.719	21.719	21.719	Estruturas/Instalações	25.572	(11.473)	14.099	31.701	(55.345)	37.600	35.664	35.664	35.664	Benefetórias	23.723	(12.312)	11.411	123.083	(86.947)	36.136	90.295	90.295	90.295	Veículos	466	(466)	—	2.224	(1.136)	1.088	—	—	—	Equip. de telefonia	2.919	(2.369)	550	538	(538)	—	—	—	—	Outros imobilizados	—	—	—	4.017	(3.377)	640	—	—	—	<b>Imobilizado total</b>	<b>100.161</b>	<b>(60.026)</b>	<b>40.135</b>	<b>337.707</b>	<b>(216.324)</b>	<b>121.383</b>	<b>330.637</b>	<b>(189.180)</b>	<b>141.457</b>
Terrenos	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido																																																																																																												
	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido																																																																																																															
Móveis e utensílios	13.914	(6.711)	7.203	15.465	(25.877)	15.465	15.465	15.465	15.465																																																																																																												
Máquinas, equip. e ferramentas	8.736	(5.228)	3.508	43.902	(14.857)	29.045	43.280	43.280	43.280																																																																																																												
Equipamentos de informática/Computadores	24.386	(21.467)	2.919	23.832	(28.247)	5.585	21.719	21.719	21.719																																																																																																												
Estruturas/Instalações	25.572	(11.473)	14.099	31.701	(55.345)	37.600	35.664	35.664	35.664																																																																																																												
Benefetórias	23.723	(12.312)	11.411	123.083	(86.947)	36.136	90.295	90.295	90.295																																																																																																												
Veículos	466	(466)	—	2.224	(1.136)	1.088	—	—	—																																																																																																												
Equip. de telefonia	2.919	(2.369)	550	538	(538)	—	—	—	—																																																																																																												
Outros imobilizados	—	—	—	4.017	(3.377)	640	—	—	—																																																																																																												
<b>Imobilizado total</b>	<b>100.161</b>	<b>(60.026)</b>	<b>40.135</b>	<b>337.707</b>	<b>(216.324)</b>	<b>121.383</b>	<b>330.637</b>	<b>(189.180)</b>	<b>141.457</b>																																																																																																												
<b>12. Intangível líquido</b>																																																																																																																					
<table border="1"> <tr> <td rowspan="2">Software e licença</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td rowspan="2">Resultado Líquido</td> </tr> <tr> <td>Custo total</td> <td>Depreciação acumulada</td> <td>Valor líquido</td> <td>Custo total</td> <td>Depreciação acumulada</td> <td>Valor líquido</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ponto comercial</td> <td>1.264</td> <td>(1.019)</td> <td>245</td> <td>125.552</td> <td>(78.394)</td> <td>47.158</td> <td>113.431</td> <td>(58.297)</td> <td>55.134</td> </tr> <tr> <td>Intangível em andamento</td> <td>20.079</td> <td>—</td> <td>20.079</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>1.264</td> <td>296</td> <td>(968)</td> <td>296</td> </tr> <tr> <td><b>Intangível total</b></td> <td><b>147.092</b></td> <td><b>(79.605)</b></td> <td><b>67.487</b></td> <td><b>125.552</b></td> <td><b>(78.394)</b></td> <td><b>67.237</b></td> <td><b>113.431</b></td> <td><b>(59.265)</b></td> <td><b>76.920</b></td> </tr> </table>										Software e licença	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido			Ponto comercial	1.264	(1.019)	245	125.552	(78.394)	47.158	113.431	(58.297)	55.134	Intangível em andamento	20.079	—	20.079	—	—	1.264	296	(968)	296	<b>Intangível total</b>	<b>147.092</b>	<b>(79.605)</b>	<b>67.487</b>	<b>125.552</b>	<b>(78.394)</b>	<b>67.237</b>	<b>113.431</b>	<b>(59.265)</b>	<b>76.920</b>																																																												
Software e licença	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido																																																																																																												
	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido																																																																																																															
Ponto comercial	1.264	(1.019)	245	125.552	(78.394)	47.158	113.431	(58.297)	55.134																																																																																																												
Intangível em andamento	20.079	—	20.079	—	—	1.264	296	(968)	296																																																																																																												
<b>Intangível total</b>	<b>147.092</b>	<b>(79.605)</b>	<b>67.487</b>	<b>125.552</b>	<b>(78.394)</b>	<b>67.237</b>	<b>113.431</b>	<b>(59.265)</b>	<b>76.920</b>																																																																																																												
<b>13. Direito de uso</b>																																																																																																																					
<table border="1"> <tr> <td rowspan="2">Software e licença comercial</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td rowspan="2">Resultado Líquido</td> </tr> <tr> <td>Custo total</td> <td>Depreciação acumulada</td> <td>Valor líquido</td> <td>Custo total</td> <td>Depreciação acumulada</td> <td>Valor líquido</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ponto comercial</td> <td>1.264</td> <td>(1.019)</td> <td>245</td> <td>125.552</td> <td>(78.394)</td> <td>47.158</td> <td>113.431</td> <td>(58.297)</td> <td>55.134</td> </tr> <tr> <td>Intangível em andamento</td> <td>20.079</td> <td>—</td> <td>20.079</td> <td>—</td> <td>—</td> <td>1.264</td> <td>296</td> <td>(968)</td> <td>296</td> </tr> <tr> <td><b>Intangível total</b></td> <td><b>147.092</b></td> <td><b>(79.605)</b></td> <td><b>67.487</b></td> <td><b>125.552</b></td> <td><b>(78.394)</b></td> <td><b>67.237</b></td> <td><b>113.431</b></td> <td><b>(59.265)</b></td> <td><b>76.920</b></td> </tr> </table>										Software e licença comercial	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido			Ponto comercial	1.264	(1.019)	245	125.552	(78.394)	47.158	113.431	(58.297)	55.134	Intangível em andamento	20.079	—	20.079	—	—	1.264	296	(968)	296	<b>Intangível total</b>	<b>147.092</b>	<b>(79.605)</b>	<b>67.487</b>	<b>125.552</b>	<b>(78.394)</b>	<b>67.237</b>	<b>113.431</b>	<b>(59.265)</b>	<b>76.920</b>																																																												
Software e licença comercial	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido																																																																																																												
	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido																																																																																																															
Ponto comercial	1.264	(1.019)	245	125.552	(78.394)	47.158	113.431	(58.297)	55.134																																																																																																												
Intangível em andamento	20.079	—	20.079	—	—	1.264	296	(968)	296																																																																																																												
<b>Intangível total</b>	<b>147.092</b>	<b>(79.605)</b>	<b>67.487</b>	<b>125.552</b>	<b>(78.394)</b>	<b>67.237</b>	<b>113.431</b>	<b>(59.265)</b>	<b>76.920</b>																																																																																																												
<b>14. Fornecedores</b>																																																																																																																					
<table border="1"> <tr> <td rowspan="2">Fornecedores</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td rowspan="2">Resultado Líquido</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores de marketing</td> <td>2.291</td> <td>—</td> <td>3.125</td> <td>—</td> <td>2.291</td> <td>—</td> <td>3.125</td> <td>—</td> <td>3.359</td> </tr> <tr> <td>Fretes</td> <td>2.932</td> <td>—</td> <td>210</td> <td>—</td> <td>2.932</td> <td>—</td> <td>210</td> <td>—</td> <td>212</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>159.622</b></td> <td><b>136.729</b></td> <td><b>159.601</b></td> <td><b>137.254</b></td> <td><b>159.622</b></td> <td><b>136.729</b></td> <td><b>159.601</b></td> <td><b>137.254</b></td> <td><b>137.254</b></td> </tr> </table>										Fornecedores	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Fornecedores de marketing	2.291	—	3.125	—	2.291	—	3.125	—	3.359	Fretes	2.932	—	210	—	2.932	—	210	—	212	<b>Total</b>	<b>159.622</b>	<b>136.729</b>	<b>159.601</b>	<b>137.254</b>	<b>159.622</b>	<b>136.729</b>	<b>159.601</b>	<b>137.254</b>	<b>137.254</b>																																																												
Fornecedores	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido																																																																																																												
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante																																																																																																													
Fornecedores de marketing	2.291	—	3.125	—	2.291	—	3.125	—	3.359																																																																																																												
Fretes	2.932	—	210	—	2.932	—	210	—	212																																																																																																												
<b>Total</b>	<b>159.622</b>	<b>136.729</b>	<b>159.601</b>	<b>137.254</b>	<b>159.622</b>	<b>136.729</b>	<b>159.601</b>	<b>137.254</b>	<b>137.254</b>																																																																																																												
<b>15. Empréstimos e financiamentos</b>																																																																																																																					
<table border="1"> <tr> <td rowspan="2">Em moeda nacional</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td rowspan="2">Resultado Líquido</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> </tr> <tr> <td>Capital de giro</td> <td>357.832</td> <td>—</td> <td>364.149</td> <td>—</td> <td>357.832</td> <td>—</td> <td>364.149</td> <td>—</td> <td>364.149</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>357.832</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>364.149</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>357.832</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>364.149</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>364.149</b></td> </tr> </table>										Em moeda nacional	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Capital de giro	357.832	—	364.149	—	357.832	—	364.149	—	364.149	<b>Total</b>	<b>357.832</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>	<b>—</b>	<b>357.832</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>																																																																						
Em moeda nacional	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido																																																																																																												
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante																																																																																																													
Capital de giro	357.832	—	364.149	—	357.832	—	364.149	—	364.149																																																																																																												
<b>Total</b>	<b>357.832</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>	<b>—</b>	<b>357.832</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>																																																																																																												
<b>16. Fornecedores de longo prazo</b>																																																																																																																					
<table border="1"> <tr> <td rowspan="2">Fornecedores de longo prazo</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td rowspan="2">Resultado Líquido</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> </tr> <tr> <td>Capital de giro</td> <td>357.832</td> <td>—</td> <td>364.149</td> <td>—</td> <td>357.832</td> <td>—</td> <td>364.149</td> <td>—</td> <td>364.149</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>357.832</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>364.149</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>357.832</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>364.149</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>364.149</b></td> </tr> </table>										Fornecedores de longo prazo	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Capital de giro	357.832	—	364.149	—	357.832	—	364.149	—	364.149	<b>Total</b>	<b>357.832</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>	<b>—</b>	<b>357.832</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>																																																																						
Fornecedores de longo prazo	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido																																																																																																												
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante																																																																																																													
Capital de giro	357.832	—	364.149	—	357.832	—	364.149	—	364.149																																																																																																												
<b>Total</b>	<b>357.832</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>	<b>—</b>	<b>357.832</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>																																																																																																												
<b>17. Fornecedores de curto prazo</b>																																																																																																																					
<table border="1"> <tr> <td rowspan="2">Fornecedores de curto prazo</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td colspan="2">31/12/2024</td> <td colspan="2">31/12/2023</td> <td rowspan="2">Resultado Líquido</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> <td>Circulante</td> <td>Não circulante</td> </tr> <tr> <td>Capital de giro</td> <td>357.832</td> <td>—</td> <td>364.149</td> <td>—</td> <td>357.832</td> <td>—</td> <td>364.149</td> <td>—</td> <td>364.149</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>357.832</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>364.149</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>357.832</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>364.149</b></td> <td><b>—</b></td> <td><b>364.149</b></td> </tr> </table>										Fornecedores de curto prazo	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Capital de giro	357.832	—	364.149	—	357.832	—	364.149	—	364.149	<b>Total</b>	<b>357.832</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>	<b>—</b>	<b>357.832</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>																																																																						
Fornecedores de curto prazo	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Resultado Líquido																																																																																																												
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante																																																																																																													
Capital de giro	357.832	—	364.149	—	357.832	—	364.149	—	364.149																																																																																																												
<b>Total</b>	<b>357.832</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>	<b>—</b>	<b>357.832</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>	<b>—</b>	<b>364.149</b>																																																																																																												

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/04/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

... continuação

**Estok Comércio e Representações S.A.**

(i) Valor representado pelo fluxo atual de contratos, em linha com as negociações junto ao banco no que se refere ao repêlimento das dívidas conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.2.1. A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Controladora e consolidado 31 de dezembro de 2024					
Em 1º de janeiro de 2024	Pagamento de principal (i)	Juros pagos	Juros + Var. Monetárias	Novas captações	Em 31 de dezembro de 2024
Capital de giro	364.149	(54.645)	48.328	-	357.832
<b>Total</b>	<b>364.149</b>	<b>(54.645)</b>	<b>48.328</b>	<b>-</b>	<b>357.832</b>

(ii) Houve cessação de uma dívida bancária para um acionista minoritário. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 16.

Controladora e consolidado 31 de dezembro de 2023					
Em 1º de janeiro de 2023	Pagamento de principal	Juros pagos	Juros + Var. Monetárias	Novas captações	Em 31 de dezembro de 2023
Capital de giro	310.411	-	53.859	-	364.149
<b>Total</b>	<b>310.411</b>	<b>-</b>	<b>53.859</b>	<b>-</b>	<b>364.149</b>

**16. Contas a pagar a não controladores**

Controladora	Consolidado	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para parcela sob condição suspensiva (i)		34.010	34.010
Juros sobre saldo de contraprestação a pagar (ii)		31.115	21.536
Empréstimo com acionistas (iii)		137.055	104.660
Verneuil FIM		54.645	-
<b>Total</b>		<b>256.825</b>	<b>160.206</b>

(i) O saldo de contraprestação a pagar refere-se ao parcelamento devido aos ex-controladores do Grupo decorrente da aquisição do controle acionário da Estok Comércio e Representações S.A. e cuja dívida foi assumida pelo Grupo com a incorporação da Mervomga Participações S.A. Adicionalmente, os sócios decidiram ajustar o valor da contraprestação para incluir um novo componente sujeito a condições suspensivas (nos termos do artigo 121 e ss. do Código Civil Brasileiro). O valor correspondente a esta parcela, cujo valor total ainda é indeterminado haja vista estar sujeito à ocorrência de certas condições, foi mensurado com base na melhor estimativa da administração. O valor inicialmente registrado em anos anteriores de R\$ 34.010 é corrigido e reconhecido mensalmente pela variação do CDI + 1% a.a. Esta dívida foi negociada em conjunto ao plano de continuidade operacional divulgado na Nota Explicativa nº 2.2.1., para pagamento em 2025. (ii) O Grupo firmou em 9 de junho de 2023 contrato de mútuo junto aos seus acionistas majoritários no montante de USD 20.000, a títulos de capital de giro, em linha com o plano de continuidade operacional apresentado. Em 24 de julho de 2023 os acionistas minoritários do Grupo complementararam a operação no montante de R\$ 3.260 totalizando uma injeção de caixa de R\$ 100.000 na operação do Grupo para normalização do fluxo de caixa operacional. Esta dívida, conforme plano de continuidade operacional divulgado na Nota Explicativa nº 2.2.1., fez parte da primeira emissão de debêntures privadas, e é conversível em ações Moby a qualquer momento. Além disso, este valor inclui uma dívida de R\$54.646 entre Tok&Stok e Itaú que foi cedida para a família acionista não controladora. Esta dívida segue o cronograma de pagamento do plano de continuidade operacional divulgado na Nota Explicativa nº 2.2.1. As Debêntures Tok&Stok serão garantidas por: • Alienação Fiduciária: Um imóvel localizado em Paraty, RJ, avaliado em R\$1.235. A Companhia declara que este imóvel não é essencial para suas atividades e que está livre de ônus. • Fiança Moby: Fiança prestada por Moby e outras empresas do grupo (Moby Comercio Varejista, Moby Hub Transportadora e Moby Tech), com renúncia a diversos benefícios legais (como benefício de ordem) e responsabilização. A administração continuará monitorando regularmente seus indicadores operacionais, financeiros e de liquidez. O plano de negócios contempla alinhamento entre geração de caixa operacional, captação de recursos e execução de sinergias, com base em projeções de médio e longo prazo, e para garantir o atingimento dos covenants abaixo, definidos no PRE. Vale ressaltar que os covenants só passam a valer após a emissão das debêntures, que ocorreu apenas em 2025. Portanto, não há covenants vigentes no período do exercício de 2024. • Covenants de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado (reapetudo): Medido anualmente, a partir de janeiro de 2026, de acordo com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas anuais auditadas da Moby, que não poderá ultrapassar os seguintes valores:

Ano	Covenants de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado
2026	10,4x
2027	6,4x
2028	4,5x
2029	3,4x
2030 em diante	2,6x

• Valor Máximo de Dívida Financeira Líquida: medido anualmente, de acordo com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas anuais auditadas da Moby, que não poderá ultrapassar os seguintes valores:

Ano	Valor Máximo de Dívida Financeira Líquida
2024	R\$ 634 milhões
2025	R\$ 782 milhões
2026	R\$ 824 milhões
2027	R\$ 849 milhões
2028	R\$ 827 milhões
2029	R\$ 774 milhões
2030	R\$ 669 milhões
2031 em diante	R\$ 634 milhões corrigido pela taxa DI

• Covenant de Capex (reapetudo): medido anualmente, de acordo com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis consolidadas anuais auditadas da Moby, que não poderá ultrapassar os valores abaixo:

Ano	Capex Máximo que pode ser desembolsado
2024	R\$ 56 milhões
2025	R\$ 48 milhões
2026	R\$ 48 milhões
2027	R\$ 50 milhões
2028	R\$ 51 milhões
2029	R\$ 55 milhões
2030	R\$ 57 milhões
2031 em diante	R\$ 57 milhões corrigido pela taxa DI

**16.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui, além dos administradores do Grupo, todos os membros da diretoria executiva. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

Controladora e consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	
Remuneração fixa e variável	3.824	11.641	
<b>Total</b>	<b>3.824</b>	<b>11.641</b>	

**16.2. Contas a pagar com partes relacionadas:** Em 2018 o Grupo firmou contrato de arrendamento com a R&G Participações Imobiliárias Ltda., empresa que possui com proprietários partes relacionadas aos acionistas do Grupo. Referido contrato foi realizado seguindo valor de mercado, e em 2024 foram pagos a título de alugueis R\$1.523 (R\$1.512 em 2023).

**16.3. Operações interpessoal e Serviço S.A.**

Controladora			
	31/12/2024	31/12/2023	
Ativo circulante			
Títulos a receber intercompany	206.993	89.076	
Ativo não circulante			
Contas a receber partes relacionadas	-	-	
Passivo não circulante			
Contas a pagar partes relacionadas	68.948	43.932	
Receita			
Venda de mercaderia	498.576	270.988	
Custo			
Custo das mercadorias vendidas	(196.542)	(129.182)	
Despesas			
Lucros não realizados	(34.188)	(84.814)	

**17. Salários e encargos sociais**

Controladora				
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários	5.895	2.885	13.615	5.366
Encargos sociais	2.903	8.069	6.287	10.458
Provisões de férias e décimo terceiro	10.789	8.108	22.622	14.756
Provisão para bônus	8.531	140	12.667	-
<b>Total</b>	<b>28.109</b>	<b>19.202</b>	<b>55.191</b>	<b>30.721</b>

A rubrica de salários e encargos sociais apresentou um aumento substancial decorrente principalmente do aumento da provisão de bônus, principalmente relacionados às áreas administrativas.

**18. Tributos a recolher**

Controladora				
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ICMS a recolher	13.095	3.627	18.170	7.280
ICMS a recolher difal (i)	82.436	83.672	82.436	83.672
Cofins a recolher	11.379	3.740	4.281	3.740
Impostos CUT OFF	(2.092)	(1.852)	(2.092)	(1.852)
IPI a recolher	1.691	500	1.691	500
IPTU a pagar	540	327	2.736	484
PIS a recolher	2.384	811	843	811
Impostos parcelados	13.326	4.154	13.326	5.918
Outros tributos	266	17.552	393	27.442
<b>Total</b>	<b>123.025</b>	<b>112.531</b>	<b>121.784</b>	<b>127.995</b>
Circulante	110.188	95.405	101.130	101.130
Não circulante	12.837	17.126	12.838	26.865

(i) No 1º trimestre de 2021, o STF julgou como inconstitucional a cobrança do Diferencial de Alíquota de ICMS ("DIFAL"), afastando imediatamente a cobrança para aqueles que já haviam entrado com a ação antes da data deste julgamento. O Grupo ingressou com medidas

judiciais nos Estados mais relevantes após a data de julgamento e antes da publicação da ata, conseguindo algumas liminares para afastamento desta cobrança em 2021, as quais foram cassadas ao longo de 2022. Diante do cenário desfavorável, o passivo vem sendo atualizado com multa e juros.

dos consultores jurídicos, reduziu sensivelmente visto que a matéria é a mesma julgada pelo CARF. O Grupo possui ações de natureza tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:

... continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>27. Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas</b>				
Despesas judiciais	(34.282)	(13.916)	(34.282)	(13.916)
Plano de opções e bônus de subscrição (i)	(274)	(741)	(274)	(741)
Ganho (perda) na alienação de imobilizado (ii)	(114)	(32.769)	(145)	(32.769)
Multas sobre impostos	(5.171)	(8.341)	(5.460)	(9.240)
Outras despesas	(12.992)	(19.314)	(12.188)	(14.018)
<b>Total</b>	<b>(52.833)</b>	<b>(75.081)</b>	<b>(52.349)</b>	<b>(70.684)</b>

(i) Inclui as baixas/adicionais de opções e despesa com opções do período, Nota Explicativa nº 23(e)/(f); (ii) Baixa de ativos imobilizados das lojas que foram fechadas em decorrência do plano de continuidade mencionado na Nota Explicativa nº 2.2.1. Adicionalmente, os montantes atrelados como impairment são: R\$8.221 referente a baixas de projetos descontinuados, classificados como R\$1.757 em despesa com pessoal, R\$3.656 classificados como serviço de terceiros e R\$2.808 em outras despesas. (iii) Refere-se a perda de estoques obsoletos.

**28. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos e risco sacado	(42.162)	(56.102)	(42.162)	(56.102)
Antecipação de cartão de crédito	(7.689)	(18.120)	(29.318)	(31.254)
Juros sobre arrendamento	(24.288)	(38.449)	(43.755)	(50.442)
Juros Domus	(7.499)	(6.389)	(7.499)	(6.389)
Juros sobre contas a pagar com partes relacionadas	(6.607)	(6.897)	(6.607)	(6.897)
Varição monetária passiva	(45.916)	(25.669)	(46.109)	(25.827)
Descontos e retenções	(960)	(212)	(2.763)	(401)
Juros Sellers Note	(10.919)	(4.512)	(10.919)	(4.512)
Outras despesas financeiras	(7.435)	(989)	(7.600)	(1.065)
<b>Total</b>	<b>(153.475)</b>	<b>(157.339)</b>	<b>(196.732)</b>	<b>(182.889)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Varição monetária ativa	46.430	10.607	46.430	10.607
Descontos obtidos	21	152	21	180
Juros ativos	120	5	736	10
Outras receitas financeiras	2.553	4.945	2.904	4.924
<b>Total</b>	<b>49.124</b>	<b>15.709</b>	<b>50.091</b>	<b>15.721</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(104.351)</b>	<b>(141.630)</b>	<b>(146.641)</b>	<b>(167.168)</b>

**29. Resultado por ação** – O Grupo efetua os cálculos do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado das ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações potencialmente convertíveis, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O cálculo do resultado líquido/(prejuízo) por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(146.641)</b>	<b>(322.660)</b>
Quantidade média ponderada de ações	269.489,243	269.489,243
<b>Prejuízo por ação – básico – R\$</b>	<b>(0,5441)</b>	<b>(1,1973)</b>

O Grupo apresentou o mesmo resultado por ação básico e diluído devido ao prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

**30. Gestão de risco financeiro – 30.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo não utilizou qualquer instrumento financeiro derivativo para se proteger de exposições a esses riscos. A gestão de risco é realizada pelo departamento de controladoria e finanças do Grupo, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. **a) Risco de mercado: Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros decorre da possibilidade de alterações significativas nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor do portfólio de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. O portfólio financeiro do Grupo e de sua Controlada está, em sua totalidade, exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico – Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O Grupo e sua Controlada não contrataram nenhuma operação de contratos indexados a outras moedas e/ou taxas. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas, ou com componentes fixos, expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Os empréstimos do Grupo eram, em sua totalidade, vinculados à moeda nacional e às taxas variáveis (exposto à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico – Certificado de Depósito Interbancário (CDI)) com componentes fixos em reais. O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica e avaliando as circunstâncias atuais e cenários futuros. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para instituições financeiras, incluindo operadoras de cartão de crédito, são aceitos somente títulos de entidades de reputação no mercado financeiro; dessa forma, a administração busca minimizar exposições a risco de crédito. As vendas para pessoas físicas são, substancialmente, liquidadas em dinheiro ou pix ou por meio das principais operadoras de cartões de crédito e financeiras existentes no mercado. Para clientes corporativos (pessoa jurídica), a área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, metodologia de score de crédito de empresas especializadas, e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os parâmetros determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Historicamente, o Grupo não registra perdas significativas com crédito devido à qualidade das instituições financeiras e operadoras de cartões de crédito com quem o Grupo mantém operações e ao fato relacionado à concentração de vendas por meio de transações que não derivam riscos de crédito ao Grupo. **c) Risco de liquidez:** O risco de liquidez surge da possibilidade de não podermos cumprir as nossas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. O Grupo regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. Além disso, é prática do Grupo manter linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro, para tanto, vem atuando no alongamento das dívidas de curto prazo, na captação de novas linhas de crédito junto a instituições financeiras e mercado de capitais, bem como buscando um eventual aporte de capital dos acionistas para mitigar eventuais impactos na posição de liquidez do Grupo, caso as linhas de crédito atualmente existentes não forem renovadas. A gestão da estrutura de capital, endividamento, obrigações financeiras e excesso de caixa é gerenciado pela Tesouraria, que investe esse capital em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender o fluxo de caixa. O quadro abaixo demonstra o vencimento das principais obrigações reconhecidas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	13.189	25.965
Contas a receber de clientes	253.476	130.624
<b>Total</b>	<b>266.665</b>	<b>156.589</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Empréstimos e financiamentos	357.833	364.149
Passivo de arrendamento	132.590	275.193
Fornecedores	169.561	131.940
Contas a pagar com partes relacionadas	208.347	160.206
Resgates de outorgas a pagar	–	–
<b>Total</b>	<b>868.331</b>	<b>931.488</b>

	Risco	Cenário Base Provável		Valor contábil	Cenário Base Provável	
		a.a%	a.a%		Base Provável	Base Provável
<b>Operações</b>						
Aplicações financeiras	Queda do CDI	11,75%	15,00%	8.436	235	326
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	11,75%	15,00%	357.832	11.509	14.962
<b>Total</b>				<b>366.268</b>	<b>12.744</b>	<b>15.288</b>

	Risco	Cenário Base Provável		Valor contábil	Cenário Base Provável	
		a.a%	a.a%		Base Provável	Base Provável
<b>Operações</b>						
Aplicações financeiras	Queda do CDI	11,75%	15,00%	11.714	327	417
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	10,87%	15,00%	357.832	11.509	14.962
<b>Total</b>				<b>369.546</b>	<b>11.836</b>	<b>15.379</b>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é a quantia pela qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, conta a pagar a fornecedores e partes relacionadas de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos. Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros, tais como: taxa de juros, fatores de risco específicos, credibilidade individual do cliente ou da contraparte. Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo.

**31. Eventos subsequentes – Emissão de debêntures:** Em 5 de março de 2025, a Companhia encerrou a emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da Estok Comércio e Representações S.A., conforme aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2024, totalizando R\$ 454.369 na Data de Emissão, conforme Escritura Pública.

Victor Pereira Noda – CEO

**Estok Comércio e Representações S.A.**

	Controladora		
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 1 ano
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>			
Fornecedores	42.390	127.171	–
Passivo de arrendamento	5.673	17.019	109.898
<b>Dividas com acionistas não controladores</b>	–	–	256.826
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	–	–	357.832
<b>Resgates de outorgas a pagar</b>	3.847	11.540	69.408
<b>Total</b>	<b>51.910</b>	<b>155.730</b>	<b>695.055</b>

	Controladora		
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 1 ano
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>			
Fornecedores	32.985	98.955	–
Passivo de arrendamento	12.889	38.667	223.637
Contas a pagar com partes relacionadas	–	–	160.206
Empréstimos e financiamentos	–	–	364.149
Resgates de outorgas a pagar	8.157	24.470	61.509
<b>Total</b>	<b>54.031</b>	<b>162.092</b>	<b>809.501</b>

	Controladora		
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 1 ano
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>			
Fornecedores	42.390	127.171	–
Passivo de arrendamento	5.673	17.019	109.898
Contas a pagar com partes relacionadas	–	–	256.826
Empréstimos e financiamentos	–	–	357.832
Outras contas a pagar	3.847	11.540	69.408
<b>Total</b>	<b>51.910</b>	<b>155.730</b>	<b>695.055</b>

	Controladora		
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 1 ano
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>			
Fornecedores	32.993	98.984	–
Passivo de arrendamento	20.000	60.001	315.287
Contas a pagar com partes relacionadas	–	–	160.206
Empréstimos e financiamentos	–	–	364.149
Outras contas a pagar	10.074	30.222	61.509
<b>Total</b>	<b>63.067</b>	<b>189.207</b>	<b>901.151</b>

**d) Análise de sensibilidade:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador em equivalentes de caixa e conta a pagar com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, o Grupo considerou um aumento na taxa de juros do CDI para 15%, conforme boletim Focus de 03/01/2025, no potencial impacto no resultado dos instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2024 foi considerado o cenário base atual e de aumento e queda nas taxas de juros. Os efeitos esperados das receitas de aplicações financeiras e despesas de empréstimos e financiamentos para os próximos 3 meses são como segue:

	Risco	Cenário Base Provável		Valor contábil	Cenário Base Provável	
		a.a%	a.a%		Base Provável	Base Provável
<b>Operações</b>						
Aplicações financeiras	Queda do CDI	11,75%	15,00%	8.436	235	326
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	11,75%	15,00%	357.832	11.509	14.962
<b>Total</b>				<b>366.268</b>	<b>12.744</b>	<b>15.288</b>

**30.2. Gestão de capital:** O Grupo tem adotado medidas contínuas para preservar sua posição de liquidez, incluindo: • Renegociação de prazos com fornecedores, buscando extensão de ciclos de pagamento; • Antecipação seletiva de recebíveis, com controle sobre custos financeiros; • Revisão de investimentos e despesas operacionais; • Gestão

**30.3. Valor justo:** Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

	Critério de mensuração	Mensuração valor justo	Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	13.189	25.965	13.189	25.965
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	Nível 1	253.476	130.624	253.476	130.624
<b>Total</b>			<b>266.665</b>	<b>156.589</b>	<b>266.665</b>	<b>156.589</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	357.833	364.149	357.833	364.149
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 1	132.590	275.193	132.590	275.193
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 1	169.561	131.940	169.561	131.940
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	208.347	160.206	208.347	160.206
Resgates de outorgas a pagar	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	–	–	–	–
<b>Total</b>			<b>868.331</b>	<b>931.488</b>	<b>868.331</b>	<b>931.488</b>

	Critério de mensuração	Mensuração valor justo	Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	17.058	33.123	17.058	33.123
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	Nível 1	46.812	70.916	46.812	70.916
<b>Total</b>			<b>63.870</b>	<b>104.039</b>	<b>63.870</b>	<b>104.039</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	357.833	364.149	357.833	364.149
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 1	132.590	275.193	132.590	275.193
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 1	169.561	131.977	169.561	131.977
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	208.347	160.206	208.347	160.206
Resgates de outorgas a pagar	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	–	–	–	–
<b>Total</b>			<b>868.331</b>	<b>1.051.620</b>	<b>868.331</b>	<b>1.051.620</b>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é a quantia pela qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, conta a pagar a fornecedores e partes relacionadas de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos. Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros, tais como: taxa de juros, fatores de risco específicos, credibilidade individual do cliente ou da contraparte. Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo.

**31. Eventos subsequentes – Emissão de debêntures:** Em 5 de março de 2025, a Companhia encerrou a emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da Estok Comércio e Representações S.A., conforme aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2024, totalizando R\$ 454.369 na Data de Emissão, conforme Escritura Pública.

Marcelo Rodrigues Marques – CFO

Cleberson dos Santos Alves – Contador CRC/SP 349.301-0-1

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas**

Aos Diretores e Contistas da Estok Comércio e Representações S.A. | São Paulo-SP  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Estok Comércio e Representações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Estok Comércio e Representações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro Internacional Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional. Chamamos a atenção para a nota explicativa no 2.2, que menciona que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia incorreu em prejuízo individual e consolidado no montante de R\$ 224.951 mil, apresentou capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$ 106.594 mil e patrimônio líquido (negativo) individual e consolidado no montante de R\$ 572.755 mil. Neste sentido, a Companhia tem adotado ações visando o enfrentamento dos desafios inerentes ao setor, o processo de reestruturação operacional em curso (com o objetivo de obter ganhos de escala, diluição de custos fixos e aumento da margem operacional, captura de sinergias relacionadas à sua aquisição por nova controladora, além da implementação de iniciativas operacionais com foco em geração de caixa e preservação da liquidez) e da consideração dos efeitos da conclusão do processo de recuperação extrajudicial (visando a reestruturação do endividamento financeiro, alongamento

de prazos de pagamentos e carência no serviço da dívida). Esses assuntos, juntamente com outros eventos e condições divulgados na nota explicativa no 2.2, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações que estão sendo desenvolvidos pela administração para o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e sua necessária geração de caixa estão descritos na referida nota explicativa. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que assumem a concretização das citadas medidas, não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos – Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS

... continuação

**Estok Comércio e Representações S.A.**

controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não

mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que,

eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.  
São Paulo, 4 de abril de 2025.

 Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP 025.583/0-1  
Régis Eduardo Baptista dos Santos Contador CRC 1SP 255.954/0-0

## Publique no Data Mercantil!

*A decisão certa em todos os momentos.*



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

 Contato: (11) 3361-8833

 Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

**DATA** São Paulo  
**MERCANTIL**



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**DM Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimento**

CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos Resultados Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ações)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios e Semestre findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Nota Explicativa	31/12/2024		2º Semestre 2024		2024		2º Semestre 2024		2024		2023	
		31/12/2024	31/12/2023	2024	2024	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
<b>Circulante</b>		<b>2.348.576</b>	<b>78.338</b>										
Disponibilidades	3	18.497	61										
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>2.823.736</b>	<b>78.271</b>										
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.1	372.334											
Títulos e valores mobiliários	4.2	2.073	78.271										
Operações de crédito	4.3	1.308.237											
Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3	1.141.092											
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>		<b>(677.032)</b>											
(-) Operações de crédito	4.3	(664.421)											
(-) Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3	(12.611)											
<b>Outros Ativos</b>		<b>183.375</b>	<b>6</b>										
<b>Não circulante</b>		<b>614.174</b>	<b>5.287</b>										
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>149.247</b>											
Títulos e valores mobiliários	4.2	101.929											
Operações de crédito	4.3	46.813											
Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3	505											
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>		<b>(40.612)</b>											
(-) Operações de crédito	4.3	(40.532)											
(-) Valores a Receber relativos a transações de pagamento	4.3	(80)											
<b>Ativos fiscais diferidos</b>		<b>164.474</b>	<b>5.287</b>										
<b>Outros Ativos</b>		<b>341.025</b>											
<b>Intangível</b>		<b>40</b>											
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.962.750</b>	<b>83.625</b>										
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>													
<b>Circulante</b>		<b>1.618.239</b>	<b>17.335</b>										
<b>Depósitos e demais Instrumentos Financeiros</b>		<b>1.575.091</b>	<b>16.318</b>										
Depósitos a prazo	4.4	440.327	16.318										
Obrigações por transações de pagamento	4.5	1.134.764											
<b>Outras Obrigações</b>		<b>43.148</b>	<b>1.017</b>										
Fiscais e previdenciárias	6.a)	6.584	605										
Provisões	6.b)	12.597	51										
Outras obrigações	6.c)	23.967	361										
<b>Não Circulante</b>		<b>804.726</b>	<b>52.061</b>										
<b>Depósitos e demais Instrumentos Financeiros</b>		<b>803.924</b>	<b>52.058</b>										
Depósitos a prazo	4.4	803.419	52.058										
Obrigações por transações de pagamento	4.5	505											
<b>Outras Obrigações</b>		<b>802</b>	<b>3</b>										
Provisões	6.b)	802	3										
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>539.785</b>	<b>14.229</b>										
Capital social		773.355	12.351										
Reserva de Lucros		-	1.923										
Outros resultados abrangentes		3.333											
Lucros/(Prejuízos) acumulados		(236.858)											
(-) Ações em tesouraria		(45)	(45)										
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>2.962.750</b>	<b>83.625</b>										

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de Reais)**

Saldo em 31 de dezembro de 2022	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial				
Dividendos declarados – Nota 8.c)									
Lucro líquido do exercício									
<b>Destinações:</b>									
Reserva Legal			55						
Reserva Estatutária				734					
Dividendos mínimos obrigatórios									
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>12.351</b>	<b>136</b>	<b>1.787</b>				<b>14.229</b>	
Aumento de capital	8	761.004							
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros disp. para venda						5.555			
Imposto diferido s/ instrumentos financeiros disp. para venda	6.a)					(2.222)			
Prejuízo líquido do exercício							(238.781)		
<b>Destinações:</b>									
Reserva Legal			(136)						
Reserva Estatutária				(1.787)					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>773.355</b>	<b>136</b>	<b>1.787</b>		<b>3.333</b>	<b>(236.858)</b>	<b>(45)</b>	<b>539.785</b>
<b>Saldo em 30 de junho de 2024</b>		<b>773.355</b>	<b>136</b>	<b>1.787</b>		<b>778</b>	<b>(100.107)</b>	<b>(45)</b>	<b>675.904</b>
Aumento de capital									
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros disp. para venda						4.777			
Imposto diferido s/ instrumentos financeiros disp. para venda	6.a)					(2.222)			
Prejuízo líquido do semestre							(138.674)		
<b>Destinações:</b>									
Reserva Legal			(136)						
Reserva Estatutária				(1.787)					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>773.355</b>	<b>136</b>	<b>1.787</b>		<b>3.333</b>	<b>(236.858)</b>	<b>(45)</b>	<b>539.785</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais – Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto Operacional** – A DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Companhia”, “Instituição” ou “DM Financeira”), foi constituída em 12 de setembro de 1962 e tem por objetivo a realização de operações ativas de financiamento para a aquisição de bens e serviços e de financiamento de capital de giro, e passivas, na obtenção de recursos de terceiros, mediante o aceite de letras de câmbio, a captação de recursos oficiais para repasse e a captação de recursos no mercado interfinanceiro, e outras operações permitidas às entidades da espécie. A Companhia é instituição financeira privada de capital aberto, sob forma de sociedade por ações com autorização para funcionamento junto ao Banco Central do Brasil (“BACEN”) e com sede na Av. Cassiano Ricardo, 521 – Parque Res. Aquarius – 3º andar – Torre B, São José dos Campos/SP – CEP 12246-870. As ações da Companhia foram admitidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “DMFN3” (anteriormente “FNCN3”). A partir do exercício 2025 a Companhia pretende fechar seu Capital e sair da Bolsa de Valores (B3). **Eventos significativos:** Em janeiro de 2023 é adquirido mais 26,56% das ações da Companhia através de Oferta Pública de Ações (OPA), essas detidas por acionistas minoritários. Após a aquisição a Holding do Grupo DM passou a ter participação de 94,50% sobre o total de ações da Companhia. Em 19 de abril de 2024, a DM Financeira concluiu a operação de aquisição de carteira de direitos creditórios decorrentes de operações de cartões de pagamento emitidos e administrados pela Crediz Instituição de Pagamento S.A. A aquisição contemplou um Ativo Líquido de Provisões de R\$ 1.783,3 milhões aproximadamente 1.1 milhão de clientes ativos. Em 16 de maio de 2024 o Banco Central do Brasil aprovou alteração do Capital Social da Companhia em R\$ 761 milhões, conforme deliberado na AGE de 21 de março e 03 de maio de 2024, totalizando o Capital Social em R\$ 773 milhões. Em 02 de Maio e 03 de junho, a Companhia concluiu a operação de aquisição de carteira de direitos creditórios decorrentes de operações de cartões de pagamento Bandeirados emitidos e administrados pela DM Instituição de Pagamento S.A. e que é parte relacionada da Instituição. A aquisição contemplou um Ativo Líquido de Provisões de R\$ 199 milhões. Em 21 de junho de 2024, a Companhia concluiu a operação de aquisição de carteira de direitos creditórios decorrentes de operações de cartões de pagamento emitidos e administrados pela OMNI S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento. A aquisição contemplou um Ativo Líquido de Provisões de R\$ 218 milhões. Em novembro de 2024 a Companhia realizou venda de carteira de R\$ 989 milhões, substancialmente em prejuízo, apurando um resultado de recuperação de R\$ 37 milhões conforme nota explicativa 4.3.h). Em 02 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a aquisição de carteira de Empréstimo Pessoal não consignado gerida pela DM Instituição de Pagamento S.A., que é parte relacionada da Instituição. A aquisição contemplou um Ativo Líquido de Provisões (Resolução CMN nº 2.682/99) de R\$ 37 milhões.

**2. Políticas e Práticas Contábeis – Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras – 2.1. Declaração de conformidade, base de elaboração e aprovação das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/1976 das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (“BACEN”), do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), se adotados e homologados pelo BACEN, substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e CVM. A Companhia adotou o disposto na Resolução CMN nº 4.818/20 complementada pela Resolução BCB nº 02/20 e Instrução CVM nº 480/09. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação de capacidade da Companhia continuar operando e divulgação, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2025. **2.2. Normas, alterações e interpretações aplicáveis em períodos futuros:** Resolução CMN nº 4.975/21 – Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil com vigência estimada a partir de 1º de janeiro de 2025. A regulamentação segue alinhamento contábil com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos. Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 – As normas se complementam e seguem um processo de alinhamento contábil com as práticas internacionais de contabilidade (“IFRS”) e apresentam detalhamentos sobre conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros com vigência estimada a partir de 1º de janeiro de 2025, bem como, sobre a designação e o reconhecimento das relações de proteção (hedge), com vigência estimada a partir de 1º de janeiro de 2027.

**(-) Provisão**

Faixa	Carteira	Res. 2682	Res. 4966	Ajuste(1)
A	1.488.186	(7.441)	(34.175)	(26.734)
B	37.439	(374)	(2.649)	(2.275)
C	55.854	(1.676)	(7.949)	(6.273)
D	92.060	(9.206)	(31.536)	(22.330)
E	85.778	(25.733)	(45.805)	(20.072)
F	81.726	(40.863)	(46.159)	(5.296)
G	77.509	(54.256)	(46.186)	(9.070)
H	578.095	(578.095)	(406.733)	171.362
<b>Total</b>	<b>2.496.647</b>	<b>(717.644)</b>	<b>(621.192)</b>	<b>96.452</b>
<b>Efeito Tributário</b>				<b>(38.581)</b>
<b>Ajuste Líquido</b>				<b>57.871</b>

(1) Representa o ajuste de prática contábil ou adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 que passa a ter vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O quadro apresenta o ajuste líquido de efeitos tributários com impacto no Patrimônio Líquido da instituição conforme art. 70 da Resolução CMN nº 4.966/21. A Companhia está trabalhando para assegurar a implementação de aderência às regulamentações. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. **2.4.1. Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Conforme item 2.5.3, ii, os instrumentos financeiros são categorizados em três níveis de hierarquia. Para instrumentos classificados como Nível 3, a Administração tem que usar uma quantidade significativa do próprio julgamento para chegar à mensuração do valor justo de mercado. Esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o próprio julgamento, analisamos a extensão das referências de mercado disponíveis ou modelagem necessária em processos com terceiros. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o reconhecimento de uma receita ou despesa registrada para uma determinada posição. **2.4.2. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito requer o uso de modelos quantitativos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito. Tais modelos, exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais. Ao aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da provisão para as perdas prováveis na realização dos créditos, a Companhia observa: - Os critérios para classificação das operações de crédito; - Os modelos quantitativos e pressupostos apropriados para a mensuração das perdas de crédito; - O agrupamento de operações de créditos semelhantes; e - O nível ou percentual de provisão de acordo com a classificação da operação. **2.4.3. Passivos**

**contingentes:** As provisões são revisadas regularmente, e constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e divulgadas em demonstrações financeiras sempre que for avaliado como possível, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. **2.5. Principais práticas e políticas contábeis materiais:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as principais práticas e políticas contábeis materiais, conforme segue: **2.5.1. Disponibilidades:** São representados por numerários em espécie e depósitos bancários de livre movimentação, em moeda nacional ou estrangeira com finalidade de atender compromissos imediatos de caixa. **2.5.2. Caixa e equivalentes a caixa:** São representados por disponibilidades conforme item 2.5.1. e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo ou para assegurar ao usuário final, a possibilidade do resgate total, a qualquer tempo, dos saldos existentes em contas de pagamento pré-pagas, conforme regulamentação específica. Conforme CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa item 7, adotado pelo BACEN através da Resolução nº 4.818/20, entende-se como equivalente de caixa, as aplicações financeiras de curto prazo com vencimento igual ou inferior a 90 dias (três meses) a contar da data da aquisição. **2.5.3. Instrumentos financeiros:** São representados por direitos ou obrigações contratuais que possam ser liquidados em dinheiro ou que possam ser trocados ou liquidados com instrumentos patrimoniais. Os principais instrumentos financeiros classificados pela Companhia são: a) Títulos e Valores Mobiliários, nas categorias: **Títulos para negociação:** são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, sendo apresentados no ativo circulante independentemente do vencimento; **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadraram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e **Títulos mantidos até o vencimento:** são adquiridos com a intenção para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período. b) Operações de crédito: São direitos contratuais realizados entre duas partes (credor e devedor) que celebram transações na qual o credor coloca à disposição do devedor (com ou sem destinação específica, a depender da modalidade da operação) recursos financeiros que serão devolvidos em um prazo determinado acrescido de juros e taxas. As principais modalidades de operações de crédito são: **Empréstimos:** são as operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos. São exemplos os empréstimos com capital de giro, os empréstimos pessoais e os adiantamentos a depositantes; **Financiamentos:** são as operações realizadas com destinação específica, vinculadas à comprovação da aplicação dos recursos para aquisição de bens. São exemplos os financiamentos de veículos, máquinas e imóveis. **Títulos descontados:** são as operações de desconto de títulos. São exemplos os cheques, duplicatas e notas promissórias. Na oferta, contratação ou prestação de serviços de operações de crédito, a Companhia observa a

continua...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/04/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



... continuação

### DM Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimento

Resolução CMN nº 5.004 de 24 de março de 2022. A Companhia apresenta saldos de direitos creditórios, reconhecidos pelo valor presente, apurados com base nas taxas contratuais de cada contrato. c) Cessões de crédito: A Companhia realiza cessões de crédito de acordo com a Resolução CMN nº 2.836 de 30 de maio 2001, art. 6º. As cessões de operações de crédito são realizadas sem coobrigação pela Companhia com liquidação à vista por parte do cessionário. Em atendimento ao § 3º da referida norma, o valor contábil cedido e efeito no resultado estão divulgados nas notas explicativas nº 4.3.h) e 9.1.c) respectivamente. As cessões de operações de crédito são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, que determina que os ativos financeiros sejam baixados se a venda da carteira for sem retenção dos riscos e benefícios. ii. Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros: Com base na Resolução CMN nº 4.924/21 e CPC 46 – Mensuração do valor justo (aprovado e homologado pelo BACEN) o valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou passivo para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo: **Nível 1:** A avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. **Nível 2:** A avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos. **Nível 3:** A avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes. O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo. Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo. Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade. Se os dados do Nível 3 são considerados significativos, o instrumento é classificado como Nível 3. O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve alto grau de julgamento e premissas da administração. A Companhia possui controles para garantir que as mensurações do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação. **2.5.4. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** É apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está de acordo com as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em ordem crescente de riscos, em nove níveis, “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso e a análise da Administração quanto ao nível de risco. A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias. A Companhia não possui operações de crédito classificadas como AA. As receitas e encargos das operações de crédito vencidas até 59 dias, no pagamento de parcela de principal e encargos são apropriadas no resultado do período e para operações com atraso igual ou superior a 60 dias, em rendas a apropriar até o efetivo recebimento da parcela para apropriação em resultado. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas, por cinco anos, em contas de compensação. As operações de crédito renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e as que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como “H”, sendo os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. **2.5.5. Apuração de PIS e COFINS:** A Companhia apura a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) sobre alíquota de 0,65% e o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre alíquota de 4% pelo regime cumulativo com base na Instrução Normativa RFB nº 2121, de 15 de dezembro de 2022. **2.5.6. Apuração de imposto sobre serviços (ISS):** A Companhia apura e recolhe o Imposto Sobre Serviços (ISS) na cidade de São José dos Campos, onde a alíquota é de 5%. **2.5.7. Apuração de imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída considerando a alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros tributáveis, excedentes a R\$ 240 mil no ano. A Contribuição Social sobre o lucro é apurada considerando a alíquota de 15%. A Companhia está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real e procede com o pagamento mensal dos impostos pela estimativa quando há existência de lucro. **2.5.8. Ativos fiscais diferidos (créditos tributários):** Os créditos tributários são constituídos com base na Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020. A norma determina efetuar o registro contábil de ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de imposto de Renda da Pessoa Jurídica e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido somente quando atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: - haja expectativa de geração de lucros ou de receitas tributáveis futuros para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos; e - Apresentem histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluído o exercício em referência. **2.5.9. Despesas antecipadas:** Despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros. Os saldos registrados em despesas antecipadas são reconhecidos imediatamente no resultado quando há liquidação ou baixa da operação por qualquer motivo. **2.5.10. Ativo Imobilizado:** Os critérios e procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado adotados pela Companhia são realizados de acordo com a Resolução CMN nº 4.535 de 24 de novembro de 2016. Os imobilizados de uso são bens tangíveis próprios e as benfiteiras realizadas em imóveis de terceiros, destinados à manutenção das suas atividades ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. Os ativos imobilizados de uso são reconhecidos pelo valor de custo de aquisição, deduzidos pela depreciação ao longo de sua vida útil. A depreciação corresponde ao valor de custo de aquisição dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso. **2.5.11. Ativo Intangível:** Os critérios e procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo intangível adotados pela Companhia são realizados de acordo com a Resolução CMN nº 4.534 de 24 de novembro de 2016. Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia, destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição ou de desenvolvimento acrescido de eventuais impostos de importação ou não recuperáveis e demais custos diretamente atribuíveis, deduzidos quando aplicável, pela amortização ao longo da vida útil estimada do ativo. **2.5.12. Redução ao valor recuperável de ativos:** Anualmente, e se houver evidência de perda, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável nos termos do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos aprovado pelo BACEN nos termos da Resolução CMN nº 4.924 de 24 de junho de 2021. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.5.13. Ativos e passivos contingentes e Provisões:** Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos não esperados ou passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros e são avaliadas pela Administração em conjunto com assessoria jurídica interna e externa. São reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras quando for considerado provável ou certo a realização e os benefícios econômicos envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas ou passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. As contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como: a) **Prováveis:** suas reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial; b) **Possíveis:** divulgadas nas demonstrações financeiras, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e c) **Remotamente:** não requerem provisão e nem divulgação. **2.5.14. Resultados recorrentes e não recorrentes:** Resultados recorrentes são oriundos das atividades de natureza e operações realizadas de acordo com o objeto social da Companhia, previsto em seu Estatuto Social e que tenham previsibilidade de ocorrer com frequência. Resultados não recorrentes são considerados pela Companhia aqueles que não esteja relacionado ou esteja relacionado

incidentalmente com as suas atividades de natureza e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. **2.5.15. Transações com partes relacionadas:** São transferências de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida. As transações com partes relacionadas são divulgadas de acordo com disposto na Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (adotado e homologado pelo BACEN). **2.5.16. Apuração de resultado:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. **2.5.17. Eventos subsequentes:** Correspondem aos eventos significativos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. **3. Caixa e Equivalentes de Caixa –** O caixa e equivalentes de caixa da Companhia é composto basicamente por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com vencimento até 90 dias, conforme segue: 

	31/12/2024	31/12/2023	Nível de valor Justo
<b>Disponibilidades</b>	<b>18.497</b>	<b>61</b>	
Em moeda nacional	18.497	61	
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>372.334</b>		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	51.335		2
Compromissada com lastro em LTN	320.999		2
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	<b>390.831</b>	<b>61</b>	

**4. Instrumentos Financeiros –** Os instrumentos financeiros da Companhia são compostos por: **4.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** a) Composição da carteira 

	31/12/2024	31/12/2023	Nível de valor Justo
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	51.335		2
Compromissada com lastro em LTN	320.999		2
<b>Total</b>	<b>372.334</b>		

 b) Vencimento da carteira 

	31/12/2024				31/12/2023
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		51.335			51.335
Compromissada com lastro em LTN		320.999			320.999
<b>Total</b>		<b>372.334</b>			<b>372.334</b>

 c) Resultado da carteira Os resultados obtidos com a carteira de títulos e valores mobiliários estão demonstrados na nota explicativa 9.1.b). **4.2. Títulos e valores mobiliários:** a) Composição e classificação da carteira por categoria 

	31/12/2024				31/12/2023	Nível de valor Justo
	Custo de aquisição	Ajustes de valor de mercado	Valor Justo (Contábil)	Valor Justo (Contábil)		
<b>Mantidos para Negociação (1)</b>						
<b>Títulos privados</b>			2.073	78.271		
Cotas de fundos de investimento			2.073	78.271		
<b>Disponíveis para venda (2)</b>						
<b>Títulos privados</b>	96.374	5.555	101.929	-		
Letras Financeiras do Tesouro	96.374	5.555	101.929	-	2	
<b>Total</b>	<b>96.374</b>	<b>5.555</b>	<b>104.002</b>	<b>78.271</b>		

 b) Vencimento da carteira por categoria 

	31/12/2024				31/12/2023
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Cotas de fundos de investimento	2.073				2.073
Letras Financeiras do Tesouro				101.929	101.929
<b>Total</b>	<b>2.073</b>			<b>101.929</b>	<b>104.002</b>

 c) Resultado da carteira Os resultados obtidos com a carteira de títulos e valores mobiliários estão demonstrados na nota explicativa 9.1.b). **4.3. Operações de crédito:** As operações de crédito são compostas por direitos creditórios representados por empréstimos e financiamentos e valores a receber relativos a transações de pagamento na modalidade de compra à vista e parcelado sem juros atrelados ao cartão de crédito, reconhecidos pelo valor presente, apurados com base nas taxas contratuais de cada contrato. Na oferta, contratação ou prestação de serviços de operações de crédito, a Companhia observa a Resolução CMN nº 5.004 de 24 de março de 2022. a) Composição por tipo de operação de crédito 

	31/12/2024	31/12/2023	Nível de valor Justo
Empréstimo Pessoal	42.759		3
Empréstimos – Cartão de crédito	901.177		3
Financiamentos – Cartão de crédito	411.114		3
Valores a receber relativos a transações de pagamento	1.141.597		3
<b>Total Carteira Bruta</b>	<b>2.496.647</b>		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(717.644)		
<b>Total Carteira Líquida</b>	<b>1.779.003</b>		
Circulante	1.772.297		
Não Circulante	6.706		
<b>Total Carteira Líquida</b>	<b>1.779.003</b>		

 b) Vencimento da carteira por faixa de vencimento 

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
<b>Créditos a Vencer:</b>	<b>1.559.165</b>	<b>62,45%</b>	-	0,00%
Até 30 dias	631.957	25,31%	-	0,00%
De 31 a 60 dias	270.008	10,81%	-	0,00%
De 61 a 90 dias	175.621	7,03%	-	0,00%
De 91 a 180 dias	275.857	11,05%	-	0,00%
De 181 a 360 dias	158.404	6,34%	-	0,00%
Acima de 360 dias	47.318	1,91%	-	0,00%
<b>Créditos a Vencidos:</b>	<b>937.482</b>	<b>37,55%</b>	-	0,00%
Até 14 dias	46.638	1,87%	-	0,00%
De 15 a 30 dias	31.097	1,25%	-	0,00%
De 31 a 60 dias	49.329	1,98%	-	0,00%
De 61 a 90 dias	82.254	3,29%	-	0,00%
De 91 a 180 dias	223.041	8,93%	-	0,00%
De 181 a 360 dias	505.123	20,23%	-	0,00%
Acima de 360 dias	-	0,00%	-	0,00%
<b>Total da Carteira por vencimento</b>	<b>2.496.647</b>	<b>100,00%</b>		<b>100,00%</b>

 c) Composição por modalidade e nível de risco: Em 31 de dezembro de 2024: 

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante:</b>	<b>12.597</b>	<b>51</b>
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	12.563	51
Provisão para despesas de pessoal	34	-
<b>Não Circulante:</b>	<b>802</b>	<b>3</b>
Provisão para contingências	802	3
<b>Total</b>	<b>13.399</b>	<b>54</b>

 (1) Refere-se a contas a pagar relativo à prestação de serviços e outras despesas administrativas. c) Outras obrigações 

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a pagar a partes relacionadas (1)	10.627	-
Recursos de clientes (2)	8.490	-
Fornecedores	4.108	27
Credores diversos	742	19
Sociais e estatutárias	-	315
<b>Total</b>	<b>23.967</b>	<b>361</b>

 (1) Refere-se principalmente a reembolso/razão de despesas compartilhadas. (2) Refere-se a saldo credor de clientes titulares de cartão de crédito. **7. Provisões para Passivos Contingentes –** No desempenho normal das atividades da Companhia, é comum surgirem processos judiciais de natureza trabalhista, fiscal e cível. Nesse sentido, a administração em consonância com as práticas contábeis entende como

e) Aquisição de direitos creditórios: O quadro abaixo demonstra as aquisições de operações de crédito e de transações de pagamento com transferência substancial dos riscos e benefícios por parte da cedente. 

	Cedente			
	Cred	Omni	DM IP	Total
Carteira Ativa	2.749.544	292.589	315.088	<b>3.357.221</b>
Carteira Inativa	891.856	5.418	160.057	<b>1.057.331</b>
(1) Provisão, incluindo carteira inativa	(1.856.641)	(80.063)	(239.168)	<b>(2.175.872)</b>
<b>Valor contábil da carteira adquirida</b>	<b>1.782.759</b>	<b>217.944</b>	<b>235.977</b>	<b>2.236.680</b>
(2) Desembolso na aquisição de carteiras	(617.743)	(59.007)	(235.977)	<b>(912.727)</b>
(1) Passivos/obrigações assumidas	(1.586.077)	(153.344)	-	<b>(1.739.421)</b>
<b>(Ágio)/Deságio na aquisição de carteira</b>	<b>(421.061)</b>	<b>5.593</b>		<b>(415.468)</b>

 As aquisições de operações de crédito (cessão por parte da cedente) são registradas com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008. f) Movimentação das provisões para perdas esperadas 

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Saldo em 31.12.2023</b>		-
Constituição de provisão pela aquisição de carteiras		(1.120.541)
Constituição de provisão líquida de reversão		(664.220)
Transferências para prejuízo		1.067.117
<b>Saldo em 31.12.2024</b>		<b>(717.644)</b>

 g) Renegociações, Baixas para prejuízo e Recuperações 

	01/07/2024 a 31/12/2024	01/07/2023 a 31/12/2023
Renegociações no período	465.875	-
Recuperações no período	(436.983)	-
Transferências para prejuízo no período	(790.170)	-
<b>Total</b>	<b>(701.278)</b>	<b>(827.414)</b>

 h) Bancarização e Cessão de operações de crédito: **I. Bancarização:** A Companhia, com base na Lei nº 10.931/04, através de contrato de prestação de serviços de Bancarização, formaliza operações de crédito por meio da Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) e cede tais operações no mesmo dia em que foram originadas para instituições não integrantes do Sistema Financeiro Nacional (“SFN”). A receita de prestação desse serviço é auferida pela cessão das operações de crédito nos termos da Resolução CMN nº 2.836 de 30 de maio de 2001, atendendo aos critérios do art. 6º da referida base legal. Os saldos de operações de crédito originadas e cedidas no período estão demonstrados abaixo: 

	31/12/2024	31/12/2023
Originação de operações de crédito	3.568.284	2.755.010
Cessão de operações de crédito	(3.568.284)	(2.755.010)
<b>Total</b>	-	-

 Os resultados obtidos com originação e cessão de operações de crédito estão demonstrados na nota explicativa nº 9.1.c). **II. Cessão de carteira:** Em novembro de 2024 a Companhia realizou cessão de carteira no montante de R\$ 989.349. A carteira cedida já estava substancialmente classificada como prejuízo. O resultado auferido pela cessão foi ao valor de R\$ 36.926 conforme nota explicativa 9.1.c). **4.4. Depósitos a prazo:** a) Composição dos depósitos 

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos a prazo	1.243.746	68.376
<b>Total</b>	<b>1.243.746</b>	<b>68.376</b>
Circulante	404.327	16.318
Não Circulante	803.419	52.058
<b>Total</b>	<b>1.243.746</b>	<b>68.376</b>

 A remuneração dos depósitos varia entre 102% e 128% do CDI nos períodos de 2024 e 2023. b) Movimentação dos depósitos 

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.429</b>		
Emissão de instrumentos de captação	65.510		
Resgate de captação – principal	(215)		
Juros pagos	(20)		
Custos de transação sobre emissão de instrumentos de captação	(602)		
Amortização de custos de transação na emissão de instrumentos de captação	36		
Despesas incorridas de captação	1.238		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>68.376</b>		
Emissão de instrumentos de captação	1.963.459		
Resgate de captação – principal	(861.961)		
Juros pagos	(13.273)		
Custos de transação sobre emissão de instrumentos de captação	(12.696)		
Amortização de custos de transação na emissão de instrumentos de captação	3.615		
Despesas incorridas de captação	96.226		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.243.746</b>		

 c) Vencimento dos depósitos 

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Vencimento:</b>		
Até 3 meses	1.174	-
De 3 a 6 meses	371.741	-
De 6 a 12 meses	67.412	16.318
Acima de 12 meses	803.419	52.058
<b>Total</b>	<b>1.243.746</b>	<b>68.376</b>

 Os vencimentos estão apresentados pelo montante de principal e juros, deduzidos dos custos de transação. **4.5. Obrigações por transações de pagamento:** São obrigações do arranjo de pagamento associado a instrumento de pagamento pós-pago, substancialmente representado por valores a serem repassados às Bandeiras de cartão de crédito, em função de compras efetuadas pelos clientes com os cartões de crédito. 

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar Adquirência	1.112.267	-
Contas a pagar a estabelecimentos	16.671	-
Contas a pagar a Seguradoras	3.009	-
Programa de recompensas – CASHBACK	3.322	-
<b>Total</b>	<b>1.135.269</b>	
Circulante	1.134.764	
Não Circulante	505	
<b>Total</b>	<b>1.135.269</b>	

**5. Outros Ativos**

	31/12/2024	31/12/2023
<b>5.1. Prêmio de Cessão (1)</b>	<b>407.775</b>	
Valores a Receber de Partes Relacionadas (2)	91.468	
Adiantamentos diversos (3)	14.383	
Impostos a recuperar e a compensar	4.614	
Devedores diversos (4)	3.776	
Despesas antecipadas	2.354	
Outros Créditos	30	
Rendas a receber	-	3
Depósitos judiciais	-	3
<b>Total</b>	<b>524.400</b>	<b>6</b>
Circ		

... continuação

### DM Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimento

necessário, que haja constituição de provisão suficiente para atender às perdas esperadas decorrentes de ações judiciais contra a Companhia. Na constituição das provisões são considerados a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro. Por este motivo, a Companhia não tem como prática divulgar estimativa com relação ao ano específico em que as ações judiciais serão encerradas. a) Provisões classificadas com perdas prováveis: A Companhia possui ações judiciais de natureza trabalhista e civil classificadas com probabilidade de perda provável e montante provisionado conforme segue: **Trabalhistas:** São ações movidas por ex-colaboradores nas quais são pleiteados os direitos de natureza trabalhista, cujos objetos de discussão estão relacionados a danos morais, horas extras e equiparação salarial. A provisão constituída para ações de natureza trabalhista é de R\$ 0 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023). **Cíveis:** São ações de natureza indenizatória de danos morais e materiais referentes a produtos e serviços financeiros, cujos objetivos de discussão estão relacionados a cobrança indevida de juros, cadastro de restrições ao crédito (negativação), prescrição de dívidas, etc. A provisão constituída para ações de natureza cível é de R\$ 802 (R\$ 3 em 31.12.2023). **Fiscais:** São ações de questionamento relacionada a tributos, que podem eventualmente gerar autuações. A companhia não possui nenhuma ação dessa natureza em curso. b) Provisões classificadas com perdas possíveis. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui ações judiciais de natureza civil no valor de R\$ 4.144 classificadas com probabilidade de perda possível (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023). Para ações de natureza trabalhista e fiscal não foram apuradas causas com probabilidade de perda possível em 2024 e 2023.

#### 8. Patrimônio Líquido – a) Capital Social:

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 773.355 representado por 61.794.078 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas e distribuídas entre os acionistas (R\$ 12.351, representado por 913.778 ações em 31 de dezembro de 2023). A distribuição do capital social da Companhia está demonstrada abaixo:

Composição em 31.12.2024			
Acionista	% de Participação	Qtde de Ações	Valor
DMCore Holding Financeira S.A.	99,92%	61.743.959	772.736
(-) Ações em tesouraria	0,00%	2.929	-
Acionistas não controladores	0,08%	47.190	619
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>61.794.078</b>	<b>773.355</b>

Composição em 31.12.2023			
Acionista	% de Participação	Qtde de Ações	Valor
DMCore Holding Financeira S.A.	94,55%	863.959	11.678
(-) Ações em tesouraria	0,32%	2.929	39
Acionistas não controladores	5,13%	46.890	634
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>913.778</b>	<b>12.351</b>

Em 19 de abril de 2024 a Companhia emitiu Letra Financeira para DMCore Holding Financeira S.A. no valor de R\$ 761.000 e deliberou na AGE aumento de capital em 03 de maio de 2024 no valor de R\$ 761.004. O Banco Central do Brasil aprovou o aumento de capital em 16 de maio de 2024 conforme Ofício 10.304/2024-BCB/Deorf/GTSP1. b) Reserva de lucros – Legal: A reserva legal é constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social realizado, ou a 30% acrescido das reservas de capital nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. O saldo de reserva legal é de R\$ 0 (R\$ 136 em 31.12.2023). c) Dividendos e juros sobre capital próprio: O Acordo de Acionistas do Grupo DM, assegura aos acionistas, estatutariamente, o dividendo mínimo obrigatório de 30% do saldo remanescente do lucro líquido em cada exercício. A Companhia pagou dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 315 em 19 de dezembro de 2024.

#### 9. Resultado Recorrente – 9.1. Receitas (Despesas) de Intermediação Financeira

a) Operações de crédito

	2º Semestre 2024	2024	2023
Emprestimos	220.842	337.270	-
Financiamentos	87.729	146.523	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	17.486	25.771	190
Descostos concedidos em renegociações	(111.113)	(167.758)	-
<b>Total</b>	<b>214.944</b>	<b>341.806</b>	<b>190</b>

b) Operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre 2024	2024	2023
<b>Rendas com:</b>			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8.347	9.491	3
Títulos e valores mobiliários	11.093	17.230	2.192
<b>Total</b>	<b>19.440</b>	<b>26.721</b>	<b>2.195</b>

c) Operações com cessão de ativos financeiros

	2º Semestre 2024	2024	2023
Bancarização de operações de crédito (1)	1.488	3.178	2.789
Aquisição de operações de crédito	(2.125)	3.468	-
Cessão de operações de crédito (2)	36.926	36.926	-
<b>Total</b>	<b>36.289</b>	<b>43.572</b>	<b>2.789</b>

(1) Refere-se ao resultado auferido com operações de venda ou transferência de ativos financeiros (bancarização) para instituições não integrantes do sistema financeiro nacional (SFN) de acordo Resolução CMN nº 2.836 de 30 de maio 2001. (2) Refere-se ao resultado de cessão de carteira mencionada na nota explicativa 4.3.h.ii.)

d) Composição da despesa de captação			
	2º Semestre 2024	2024	2023
Depósitos a prazo	(70.624)	(93.752)	(1.274)
Letras financeiras	-	(6.089)	-
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	(803)	(855)	(39)
<b>Total</b>	<b>(71.427)</b>	<b>(100.696)</b>	<b>(1.313)</b>

a) Expectativa de realização do ativo fiscal diferido

Períodos	Prejuízo fiscal/Base negativa		Realização/(constituição) de créditos tributários		Total	
	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente	Valor previsto	Valor presente
2025	12.893	11.468	(32.885)	(29.249)	(19.992)	(17.781)
2026	16.545	13.089	(8.629)	(6.826)	7.916	6.263
2027	28.004	19.705	(19.700)	(13.862)	8.304	5.843
2028	24.394	15.262	32	20	24.426	15.282
2029	26.403	14.693	20.822	11.587	47.225	26.280
2030	21.526	10.654	51.664	25.571	73.190	36.225
2031	21.087	9.283	2.318	1.020	23.405	10.303
<b>Total</b>	<b>150.852</b>	<b>94.154</b>	<b>13.622</b>	<b>(11.739)</b>	<b>164.474</b>	<b>82.415</b>

b) Movimentação do ativo fiscal diferido

Descrição	Saldo em 31/12/2023		Realização/(constituição)	Saldo em 31/12/2024	
	Valor	Valor		Valor	Valor
Diferenças temporárias – PCLD	-	8.274	-	8.274	-
Diferenças temporárias – Provisões Passivas	22	5.324	-	5.346	-
Prejuízo Fiscal Acumulado – IR	3.291	90.993	-	94.284	-
Base Negativa – CSLL	1.974	54.596	-	56.570	-
<b>Total do Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>5.287</b>	<b>159.187</b>	-	<b>164.474</b>	-

Descrição	Saldo em 31/12/2022		Realização/(constituição)	Saldo em 31/12/2023	
	Valor	Valor		Valor	Valor
Diferenças temporárias – Provisões Passivas	214	24	(216)	22	-
Prejuízo Fiscal Acumulado – IR	3.390	-	(99)	3.291	-
Base Negativa – CSLL	2.033	-	(59)	1.974	-
<b>Total do Ativo Fiscal Diferido</b>	<b>5.637</b>	<b>24</b>	<b>(374)</b>	<b>5.287</b>	-

#### 12. Gestão de Riscos – A Companhia possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Resolução CMN nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017. a) Estrutura e governança de gestão de riscos:

A Companhia possui e segue política de gestão de riscos, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados periodicamente os limites de crédito das contrapartes. A política de gestão de riscos da Companhia foi estabelecida pela Alta Gestão e contém em sua estrutura Comitês, responsáveis por monitorar os riscos inerentes às operações e processos, submetidos a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes

O impacto de caixa dos ativos e passivos financeiros de acordo com o seu vencimento contratual são demonstrados a seguir:

Ativos Financeiros:	Nota Explicativa	Saldo em 31/12/2024	Faixa de vencimento			
			Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 1 ano
Disponibilidades	3	18.497	18.497	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.1	51.335	-	51.335	-	-
Compromissada com lastro em LTN	4.1	320.999	-	320.999	-	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.2	101.929	-	-	-	101.929
Cotas de fundos de investimento	4.2	2.073	-	-	-	-
Direitos creditórios	4.3	2.496.647	20.570	2.015.068	434.261	47.318
<b>Total</b>		<b>2.991.480</b>	<b>20.570</b>	<b>2.387.402</b>	<b>434.261</b>	<b>149.247</b>

Passivos Financeiros:	Nota Explicativa	Saldo em 31/12/2023	Faixa de vencimento			
			Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 1 ano
Depósitos a prazo	4.4	1.243.746	-	1.174	439.153	803.419
Obrigações por transações de pagamento	4.5	1.135.269	-	869.994	264.770	505
Obrigações fiscais e previdenciárias	6.a)	6.584	-	4.362	2.222	-
Provisões	6.b)	13.399	-	12.597	-	802
Outras obrigações	6.c)	23.967	-	23.967	-	-
<b>Total</b>		<b>2.422.965</b>	-	<b>912.967</b>	<b>706.145</b>	<b>804.726</b>

Ativos Financeiros:	Nota Explicativa	Saldo em 31/12/2023	Faixa de vencimento			
			Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 1 ano
Disponibilidades	3	61	61	-	-	-
Cotas de fundos de investimento	4.2	78.271	78.271	-	-	-
<b>Total</b>		<b>78.332</b>	<b>78.332</b>	-	-	-

Passivos Financeiros:	Nota Explicativa	Saldo em 31/12/2023	Faixa de vencimento			
			Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 1 ano
Depósitos a prazo	4.4	68.376	-	-	16.318	52.058
Obrigações fiscais e previdenciárias	6.a)	605	-	605	-	-
Provisões	6.b)	54	-	51	-	3
Fornecedores	6.c)	27	-	27	-	-
<b>Total</b>		<b>69.062</b>	-	<b>683</b>	<b>16.318</b>	<b>52.061</b>

#### 9.2. Outras Receitas (Despesas) Operacionais – a) Receita de prestação de serviços

	2º Semestre 2024	2024	2023
Anuidade – Cartão de crédito	121.541	186.984	-
Tarifa de intercâmbio – Cartão de Crédito	57.552	83.155	-
Avaliação emergencial de crédito – Cartão de Crédito	18.137	27.742	-
Comissão seguros	5.001	5.915	-
Serviços de cobrança	2.328	2.328	-
Outras tarifas	95	101	-
Tarifa de abertura de crédito – TAC	91	91	-
Fornecimento de 2ª Via – Cartão de Crédito	44	53	-
Tarifa de saque – Cartão de Crédito	34	45	-
Comissão recarga celular	13	18	-
<b>Total</b>	<b>204.826</b>	<b>306.432</b>	-

b) Despesas de pessoal

	2º Semestre 2024	2024	2023
Proventos e ordenados	(1.225)	(1.392)	-
Encargos sociais sobre a folha	(263)	(304)	-
Benefícios a empregados	(42)	(42)	(16)
<b>Total</b>	<b>(1.530)</b>	<b>(1.738)</b>	<b>(16)</b>

c) Despesas administrativas

	2º Semestre 2024	2024	2023
Despesas de serviços técnicos especializados	(69.864)	(95.832)	(484)
Despesas de serviços de terceiros	(54.190)	(54.198)	(17)
Ratão de despesas com serviços compartilhados <sup>(1)</sup>	(11.061)	(11.061)	-
Despesas de processamento de dados	(5.828)	(6.134)	(586)
Despesas com tarifas bancárias	(4.269)	(4.527)	(307)
Despesas de comunicações	(1.932)	(1.933)	(1)
Outras despesas administrativas	(3.679)	(3.850)	(68)
<b>Total</b>	<b>(150.823)</b>	<b>(177.535)</b>	<b>(1.463)</b>

(1) Refere-se ao ratão do centro de serviço compartilhado do Grupo DM. d) Despesas tributárias

	2º Semestre 2024	2024	2023
Despesa de contribuição à COFINS	(17.828)	(27.789)	(151)
Despesa de ISS	(8.489)	(13.457)	-
Despesa de contribuição ao PIS	(2.897)	(4.516)	(25)
Outras despesas tributárias	(355)	(676)	(62)
<b>Total</b>	<b>(29.569)</b>	<b>(46.438)</b>	<b>(238)</b>

e) Provisões

	2º Semestre 2024	2024	2023
Despesa de provisão para contingência	(2.611)	(2.689)	(12)
Reversão de provisão para contingência	1.887	1.890	19
<b>Total</b>	<b>(724)</b>	<b>(799)</b>	<b>7</b>

f) Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2024	2024	2023
Recuperação de encargos e despesas	8.246	11.885	-
Juros de operações com sociedades ligadas	1.233	1.233	-
Outras	375	433	18
<b>Total</b>	<b>9.854</b>	<b>13.551</b>	<b>18</b>

g) Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2024	2024	2023
Processamento de transações de pagamento	(56.413)	(88.184)	-
Amortização de ágio em compra de carteira	(35.248)	(46.435)	-
Consulta a órgãos de proteção ao crédito	(2.088)	(2.088)	-
Perdas em ações civis e trabalhistas	(344)	(347)	(350)
Outras Despesas	(1.343)	(1.570)	-
<b>Total</b>	<b>(95.436)</b>	<b>(138.624)</b>	<b>(350)</b>

#### 10. Resultado Não Recorrente – 10.1. Resultado Não Operacional

	2º Semestre 2024	2024	2023
Outras despesas não operacionais	-	-	(19)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(19)</b>

O valor de R\$ 19 refere-se a baixa de outros investimentos.

#### 11. Imposto de Renda e Contribuição Social – 11.1. Apuração do imposto de renda e da contribuição social:

A Companhia utiliza o regime de tributação pelo lucro real e procede ao pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social na existência de lucro. O cálculo dos impostos está assim representado:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Adições/(Exclusões)	(397.968)	(397.968)	1.800	1.800
Compensações	33.996	33.996	(480)	(480)
<b>(-) Lucro Real (prejuízo contábil) antes das compensações</b>	<b>(363.972)</b>	<b>(363.972)</b>	<b>1.320</b>	<b>1.320</b>
(-) Lucro compensado – Ativo fiscal diferido	-	-	(396)	(396)
<b>(-) Lucro real (prejuízo fiscal) apurado</b>	<b>(363.972)</b>	<b>(363.972)</b>	<b>924</b>	<b>924</b>
Alíquotas vigentes	25%	15%	25%	15%
<b>(=) IR/CS Corrente apurado no resultado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(207)</b>	<b>(139)</b>
Constituição/(Realização) do ativo fiscal diferido no resultado	99.492	59.695	(219)	(131)

#### 11.2. Ativo fiscal diferido:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, foi elaborado estudo técnico demonstrando a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permite a realização do ativo fiscal diferido no prazo de até 10 (dez) anos. Considerando que há probabilidade da Companhia em gerar lucros tributáveis nos próximos anos, a expectativa de realização total dos créditos constituídos deverá ocorrer em até 05 (cinco) anos.

aos princípios de melhoria contínua. A estrutura de Comitês permite apoiar a Diretoria na identificação e gerenciamento dos principais riscos que a empresa está sujeita, suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

#### b) Gestão de risco de crédito:

O risco de crédito é definido como o risco de incorrer perdas em empréstimos e recebíveis existentes ou potenciais, devido a compromissos dados resultantes de uma mudança na qualidade do crédito dos devedores, o que pode resultar em inadimplência. A Companhia, em conformidade com as políticas internas de gerenciamento de riscos, alinhado às normas emanadas pelo Banco Central do Brasil possui processos e ferramentas para mensurar, classificar, acompanhar e mitigar o risco de crédito. O gerenciamento do risco de crédito engloba a definição de limites de exposição do portfólio e o acompanhamento dos índices de inadimplência com o intuito de definir planos de ação em caso de desvio em relação à política e aos limites preestabelecidos. Os direitos sujeitos a risco de crédito junto a clientes em 31 de dezembro de 2024 estão compostos abaixo:

#### c) Gestão de risco de liquidez:

É a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios (descasamentos) entre ativos e passivos exigíveis, que possam afetar a capacidade da Companhia. A estrutura prevê o monitoramento diário dos descasamentos entre ativos e passivos que possam comprometer a Companhia de honrar seus compromissos, gerando informações à Basearria sobre possíveis exposições a riscos, para que ações corretivas sejam tomadas, baseadas em Políticas que regem o tema.

#### 13. Transações com Partes Relacionadas –

No curso habitual das atividades, as condições de mercado são mantidas para operações com partes relacionadas, ou seja, entre a Companhia e outras empresas do grupo DM que são ligadas direta e/ou indiretamente aos acionistas da Companhia. As operações com partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

Operação	Partes relacionadas	31/12/2024		31/12/2023	
		Ativos (passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (Despesas)
Bancarização	DM Instituição de Pagamento S.A	2.321.786	2.322	2.666.984	2.667
Bancarização	DM PL	381.172	381	-	-
Bancarização	Fortbrasil Instituição de Pagamento S.A	864.204	432	-	-
Contas a receber	DM Instituição de Pagamento S.A	91.162	1.233	-	-
Contas a receber	DM Meios de pagamento LTDA	300	-	-	-
Contas a pagar	DM Instituição de Pagamento S.A	(745)	-	-	-
Contas a pagar	DMCARD Proc. Dados e Central de atend. LTDA	(9.878)	(9.878)	-	-
Contas a pagar	DM Meios de pagamento LTDA	(4)	-	-	-
<b>Total</b>		<b>3.647.997</b>	<b>(5.510)</b>	<b>2.666.984</b>	<b></b>

... continuação		DM Financeira S.A – Crédito, Financiamento e Investimento	
		Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	
<p><b>Aos Acionistas e Administradores da DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento</b> São José dos Campos-SP</p> <p><b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras da DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).</p> <p><b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p><b>Principais assuntos de auditoria:</b> Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.</p> <p><b>Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:</b> Veja Nota 2.5.4 e 4.3.f das demonstrações financeiras: <b>Principais assuntos de auditoria:</b> A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2024 provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito. Para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a Companhia classifica suas operações de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como: atraso, conjuntura econômica, riscos específicos em relação à operação e aos devedores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Devido à relevância das operações de crédito e da estimativa da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, consideramos esse assunto como um principal assunto para nossa auditoria. <b>Como auditoria endereçou esse assunto:</b> Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Com base em amostragem, efetuar o recálculo dos dias em atraso de operações de crédito, avaliando a adequação da classificação nos níveis de risco entre "AA" a "H", de acordo com as faixas de atraso previstas na Resolução CMN nº 2.682/99. – Recalcular a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito, incluindo a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. – Avaliar se as divulgações nas demonstrações contábeis estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram todas as informações relevantes. Com base nas</p>	<p>evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024. <b>Outros assuntos</b></p> <p><b>– Demonstração do valor adicionado:</b> A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:</b> A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações</p>	<p>financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também a administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.</p>	
		<p>São Paulo, 31 de março de 2025.</p> <p><b>KPMG Auditores Independentes Ltda.</b> CRC 2SP 27.685/0-0 F SP <b>Jonas Moreira Salles</b> Contador CRC SP 295.315/0-4</p>	

## Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[www.datamercantil.com.br](http://www.datamercantil.com.br)

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)**

# DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

CNPJ/MF nº 43.655.612/0001-25

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

**Mensagem da Administração:** Apresentamos, com satisfação, os bons resultados alcançados em 2024, mesmo com uma queda na receita, retemos um caixa maior em função de créditos tributários obtidos em anos anteriores e compensados até 2024, apesar da queda na receita conquistamos novos clientes e melhoramos nossa geração de caixa nos últimos dois exercícios sociais, o que nos potencializa a um futuro promissor e com fortes resultados. Buscamos sempre o crescimento, mantendo a qualidade dos nossos produtos e o foco em não dependente de empréstimos ou financiamentos com instituições financeiras. Em 2024, além dos investimentos realizados, os novos clientes conquistados e a melhor geração de caixa, considerando o alongamento dos prazos de recebimentos, o que já equalizamos no decorrer do ano e será acompanhado por mantermos a alavancagem em níveis baixos, como determina nossa política interna. Permanecemos engajados e certos de que a prática de sustentabilidade é determinante ao nosso desenvolvimento, por isso, investiremos cada vez mais na construção de um ambiente inclusivo, ético e ambientalmente sustentável. Dessa forma, buscamos melhorias contínuas na qualidade de vida de todos os envolvidos no nosso negócio, alinhados com lucros, propósitos e transparência. **Governança Corporativa:** Em consonância com a visão de ser uma Companhia líder em seu mercado, a Poly-Vac elabora e apresenta suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que

compreendem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024 e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. **Agradecimentos:** O ano de 2024 foi de muito trabalho, chegaram novos clientes e mantivemos os clientes recorrentes, mantivemos geração de caixa nos últimos dois exercícios sociais, alcançamos bons resultados graças ao esforço de cada um dos 463 colaboradores. Deixo a minha gratidão a todos, pelo comprometimento, empenho e dedicação demonstrado a Companhia neste exercício. Por fim, agradeço nossos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a todos pela confiança e parceria.

Michela Brígida Arripp - Presidente da Poly-Vac.

**Destques Financeiros e Operacionais – 2024**

• **Receita líquida** houve uma queda de 11,6% em 2024 quando comparado a 2023; • **Investimentos** na ordem de R\$ 2,3 milhões em 2024 para novas máquinas, mantendo uma média de investimento CAPEX em R\$ 2,5 milhões; • **Alavancagem** da Companhia é negativa, devido ao valor do caixa e equivalentes de caixa ser superior ao valor do passivo de dívida (atualmente somente dívida com arrendamentos), em 2024 foi de -2,0x e em 2023 foi

de -0,2x, medida pela dívida líquida/EBITDA, alinhado com a política de baixo endividamento da Companhia; • **Contas a receber** com a queda na receita houve redução na posição do contas a receber, mas isso também deve-se à melhora no prazo médio de recebimento, que em 2023 foi de 108 dias e em 2024 foi de 88 dias, mantendo nossa disciplina financeira e realizando rigorosas práticas de análise de créditos, que evitam risco de perda.

Destques financeiros (R\$ Milhões)	2024	2023	A/A
Receita bruta	257,8	292,1	-11,7%
Receita líquida	199,3	225,5	-11,6%
Lucro líquido	10,5	20,1	-47,8%
EBITDA	15,7	31,3	-49,8%
Margem líquida*	7,9%	13,9%	-6,0 p.p.

\* Calculado sobre a receita líquida

Reconciliação do EBITDA (R\$ Milhões)	2024	2023	A/A
Lucro líquido do exercício	10,5	20,1	-47,8%
Resultado financeiro	(5,6)	(3,7)	51,4%
IRPJ e CSLL	3,4	8,1	-58,0%
Depreciação e amortização	7,4	6,8	8,8%
<b>EBITDA</b>	<b>15,7</b>	<b>31,3</b>	<b>-49,8%</b>

Balancos patrimoniais Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
	NE	2024	2023
<b>Ativos</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	7	65.213	46.281
Contas a receber de clientes	8	48.822	67.345
Estoque	9	13.943	12.000
Impostos a recuperar	10	1.103	7.635
Despesas antecipadas		176	180
Outras contas a receber		1.680	2.720
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>130.937</b>	<b>136.161</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósito judicial	11	13.660	13.660
Impostos a recuperar	10	310	282
		<b>13.970</b>	<b>13.942</b>
Imobilizado	12	38.811	43.678
		<b>38.811</b>	<b>43.678</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>52.781</b>	<b>57.620</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>183.718</b>	<b>193.781</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de Reais)							
Saldos em 1º de janeiro de 2023	Reserva de lucros			Lucros acumulados		Total	
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros - Art. 196	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados		
Lucro Líquido do Exercício	4.211	843	81.905	18.272	-	-	105.231
<b>Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos</b>							<b>105.231</b>
Renumeração aos acionistas (R\$ 57,02 por lote de mil ações) na forma de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(7.368)	(7.368)	
Destinação para Reserva Legal	-	1.006	-	-	(1.006)		
Destinação para retenção de lucros	-	-	11.757	-	(11.757)		
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	9.257	(9.257)	-		
Destinação para aumento de Capital	-	-	(40.953)	-	-		
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(708)	-	(708)		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>45.164</b>	<b>1.849</b>	<b>61.258</b>	<b>9.015</b>			<b>117.286</b>
Lucro Líquido do Exercício	45.164	1.849	61.258	9.015	-	-	117.286
<b>Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos</b>							<b>10.482</b>
Renumeração aos acionistas (R\$ 53,69 por lote de mil ações) na forma de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(6.938)	(6.938)	
Destinação para Reserva Legal	-	509	-	-	(509)		
Destinação para retenção de lucros	-	-	3.035	-	(3.035)		
Destinação de dividendos propostos aprovado na AGO de 2024	-	-	(16.100)	-	-		(16.100)
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	(403)	-	-		(403)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>45.164</b>	<b>2.358</b>	<b>47.790</b>	<b>9.015</b>			<b>104.327</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)**

**1. Contexto operacional:** A Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens ("Companhia") foi fundada em 1973, tornando-se uma Sociedade Anônima de capital fechado, situada à Av. das Nações Unidas, 21.313, que produz embalagens rígidas. A Poly-Vac iniciou no Brasil, com tecnologia própria, a fabricação de embalagens termo formadas em polipropileno, tornando-se a primeira Companhia em nível mundial neste segmento. Entre as líderes de mercado, a Poly-Vac atende as principais indústrias alimentícias e redes de fast food do País, sendo suas embalagens largamente utilizadas no envase de margarina, tempero, água mineral, suco, sorvete, doces em geral, iogurte, queijo, requeijão, manteiga, creme de leite, maionese, pipoca, goiabada, sabão em pasta e cosméticos. Também produz bases para ovos de Páscoa e copos descartáveis. Destacam-se, também, os copos descartáveis de polipropileno, amplamente utilizados nos post-mix dos fabricantes de refrigerantes e cervejas e nas redes de fast food. **Continuidade operacional:** A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC):** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 02/04/2025. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício social encerrado em 31/12/2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Notas Explicativas n's 8, 9 e 12 - teste de redução ao valor recuperável:** principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis; **• Nota Explicativa nº 17 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências:** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na

mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: **• Nota Explicativa nº 23 - instrumentos financeiros, 5. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **6. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **a. Receita operacional:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que foi provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **b. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem essencialmente a receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo regime de competência. As despesas financeiras são principalmente oriundas de juros sobre capital próprio. **c. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. **d. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **e. IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável para IRPJ - acrescida do adicional de 10% sobre tal lucro excedente de R\$ 240 mil - e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **f. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em traz-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **g. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: **•** O custo de materiais e mão de obra direta; **•** Quaisquer outros custos para colocar o

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de Reais)				
	NE	2024	2023	
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>19.312</b>	<b>225.507</b>	
Custo dos produtos vendidos		(162.420)	(171.944)	
<b>Lucro bruto</b>		<b>36.892</b>	<b>53.563</b>	
Despesas de vendas	20	(14.900)	(15.265)	
Despesas gerais e administrativas	21	(11.495)	(10.757)	
Honorários dos administradores		(93)	(90)	
Outras (despesas)/receitas operacionais		(2.109)	(2.925)	
<b>Lucro antes do resultado financeiro líquido e dos tributos</b>		<b>8.295</b>	<b>24.526</b>	
Receitas financeiras	22	7.871	11.986	
Despesas financeiras	22	(2.262)	(8.334)	
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>5.609</b>	<b>3.652</b>	
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>13.904</b>	<b>28.178</b>	
IRPJ e CSLL - Corrente	16.b	(2.924)	(9.965)	
IRPJ e CSLL - Diferido		(498)	1.918	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>10.482</b>	<b>20.131</b>	
<b>Resultado por ação</b>				
Lucro básico/diluído por ação (R\$)		0,08	0,16	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de Reais)				
	NE	2024	2023	
Lucro líquido do exercício		10.482	20.131	
Outros resultados abrangentes		-	-	
<b>Total do resultado abrangente</b>		<b>10.482</b>	<b>20.131</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; **•** Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos estão descritas na Nota Explicativa nº 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **h. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. **Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os ativos financeiros e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desconta um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou suspensa. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros não derivativos - mensuração: Ativo financeiro ao custo amortizado:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Caixa e equivalente de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. **Passivos financeiros não derivativos - mensuração:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. A Companhia não possui ações preferenciais, sendo em sua totalidade ações ordinárias sem valor nominal. **i. Redução ao valor recuperável (Impairment): Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de impairment. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: **•** Inadimplência ou atrasos do devedor; **•** Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais; **•** Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; **•** Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; **•** O desaparelçamento de um mercado ativo para o instrumento; ou **•** Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o IRPJ e CSLL diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confi-

ROIC LTM (R\$ Milhões)	2024	2023	A/A
Receita líquida	199,3	225,5	-11,6%
Lucro bruto	36,9	53,6	-31,2%
(-) Despesas gerais, administrativas e comerciais (26,5)	(26,1)	(26,1)	1,5%
(+/-) Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	(2,1)	(2,9)	-27,6%
<b>EBIT</b>	<b>8,3</b>	<b>24,6</b>	<b>-66,3%</b>
(+/-) Impostos (considera alíquota efetiva)	(3,4)	(8,1)	-58,0%
(=) <b>Lucro operacional líquido menos impostos</b>	<b>4,9</b>	<b>16,5</b>	<b>-70,3%</b>
(=) <b>Capital investido (Patrimônio líquido + dívida)</b>	<b>133,4</b>	<b>155,8</b>	<b>-14,4%</b>
<b>ROIC</b>	<b>3,7%</b>	<b>10,6%</b>	<b>-6,9 p.p.</b>
Indicadores de alavancagem (R\$ Milhões)	2024	2023	A/A
Dívida líquida*	-31,1	-7,7	303,9%
EBITDA	15,7	31,3	-49,8%
<b>Dívida líquida / EBITDA</b>	<b>-2,0x</b>	<b>-0,2x</b>	<b>7,0%</b>

\* Dívida líquida = Passivo de arrendamentos circulante e não circulante menos caixa e equivalentes de caixa.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de Reais)				
	NE	2024	2023	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>10.482</b>	<b>20.131</b>	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>DRE</b>	<b>10.482</b>	<b>20.131</b>	
<b>Ajustes para:</b>				
Depreciação e amortização	12	7.449	6.793	
Constituição da provisão para contingências	17	65	108	
Juros sobre arrendamento	22	2.233	2.502	
IRPJ e CSLL - corrente e diferido	DRE	16,6	3,422	8,047
Outros ajustes		(273)	(156)	
<b>Aumento/(redução) nos ativos</b>		<b>23.378</b>	<b>37.425</b>	
Contas a receber de clientes		18.523	2.827	
Estoques		(1.943)	(462)	
Impostos a recuperar		6.503	11.771	
Outros ativos circulantes		1.044	(49)	
Depósitos judiciais		-	302	
<b>Aumento/(redução) nos passivos</b>				
Fornecedores		(6.095)	(484)	
Obrigações sociais		(983)	88	
Obrigações tributárias		(1.344)	(1.388)	
Outras contas pagar		(483)	175	
Impostos de renda e CSLL pagos		(3.689)	(10.746)	
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>34.911</b>	<b>39.459</b>	
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		<b>12 (2.582)</b>	<b>(2.456)</b>	
Adições ao ativo imobilizado		12	(2.582)	(2.456)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(2.582)</b>	<b>(2.456)</b>	
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>				

continuação

suas Demonstrações Contábeis; • Melhorias anuais nas normas IFRS: efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; e • Alteração da norma IAS 12 – IRPJ: esclarece aspectos relacionados ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados as regras do Pilar Dois publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2024 para Espanha, Hungria e Canadá. O Brasil iniciou a adoção das regras de Pilar Dois através da criação de Adicional de CSLL a ser calculado com base no universo das empresas brasileiras (QDMTT) através da publicação da lei 15.079/23 aplicável a partir do ano calendário 2025. E fato que em todos os países nos quais a Companhia possui atividades industriais e comerciais relevantes, as entidades controladas são tributadas por aliquotas nominais de tributos sobre o lucro superiores a 15%, inclusive no Brasil. No mais, não há expectativa para os anos seguintes, de que ocorram alterações legislativas ou transações extraordinárias que resultem em aliquotas efetivas de tributos sobre o lucro inferiores a 15% nas geografias nas quais a companhia desempenha atividades industriais e comerciais relevantes. Assim, a Companhia não tem expectativa de exposição significativa a efeitos de Pilar Dois em nenhuma das jurisdições nas quais mantém operação, e consequentemente, não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis referente a entrada em vigência desta alteração de norma. A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

	2024	2023
7. Caixa e equivalentes de caixa:	687	563
Caixa e bancos	64.526	45.718
Aplicações financeiras	65.213	46.281
<b>Total</b>	<b>130.426</b>	<b>92.562</b>

Os saldos de caixa e banco conta movimento são representados, principalmente, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais de primeira linha. As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras nacionais de primeira linha e refletem as condições usuais de mercado, as datas dos balanços estão substancialmente compostas por aplicações em cotas de fundos de investimento referenciados em títulos de renda fixa remunerados a taxa média de 102,09% para o ano de 2024 (97,72% para o ano de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	2024	2023
8. Contas a receber de clientes:	47.938	66.962
Nacionais	884	383
Estrangeiros	48.822	67.345
<b>Total</b>	<b>97.644</b>	<b>134.690</b>

As contas a receber de clientes correspondem aos valores oriundos das vendas de mercadorias aos clientes no decorrer normal das atividades da Companhia. Composição por idade de vencimento: Em 31/12/2024 existem valores vencidos registrados na rubrica de contas a receber de clientes. A análise do vencimento desses valores a receber é a seguinte:

	2024	2023
Títulos a vencer	47.579	65.975
Títulos vencidos até 30 dias	405	366
Títulos vencidos de 31 a 90 dias	-	-
Títulos vencidos de 91 a 180 dias	-	69
Títulos vencidos acima de 181 dias	838	935
<b>Total</b>	<b>48.822</b>	<b>67.345</b>

Em 31/12/2024 e 2023 não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia possui controle razoável sobre a avaliação da PECLD, não havendo necessidade de provisão para a posição de 31/12/2024.

	2024	2023
9. Estoques:	4.435	5.522
Produtos em processo	4.561	2.408
Matérias-primas	1.630	1.499
Almoxarifados	2.519	1.504
Produtos acabados	798	1.067
Materiais auxiliares e embalagens	13.943	12.000
<b>Total</b>	<b>23.683</b>	<b>23.500</b>

A Companhia não possui provisão para perda nos estoques para o exercício findo em 31/12/2024.

	2024	2023
10. Impostos a recuperar:	465	4.422
IPI a recuperar	639	3.176
IRPJ e CSLL a compensar	-	37
IRRF a recuperar	-	-
PIS a recuperar	310	282
PIS e COFINS a recuperar (*)	1.104	7.635
<b>Total</b>	<b>1.414</b>	<b>7.917</b>

(\*) PIS e COFINS a recuperar – Exclusão do ICMS da base de cálculo: foi transitado em julgado a decisão acolhendo a pretensão da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com efeito a partir de 2007. A Administração efetuou levantamento dos seus créditos do período de 2003 a 2021, em conformidade com a decisão de repercussão geral do STF, que em 15/03/2017, analisou o processo relacionado a esse assunto, e, por seis votos a quatro, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão. Em 13/05/2021, o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso de embargos de declaração que a Procuradoria da Fazenda Nacional havia oposto alegando que a decisão do Supremo fora omissa em determinados pontos, e requerendo a modulação dos efeitos da decisão. No referido julgamento, o STF acolheu, em parte, os embargos de declaração, para modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de ser dar após 15/03/2017 (data em que julgado o RE Nº 574.706), ressalvadas as ações judiciais ou processos administrativos instaurados até essa data, e rejeitou os embargos quanto à alegação de omissão, obscuridade ou contradição e, no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS-COFINS, firmou o entendimento de que se trata do ICMS destacado. A partir deste julgamento, o conceito de praticamente certo para fins da entrada de benefícios econômicos e reconhecimento do ativo e o correspondente ganho passou a ser demonstrado. A Companhia reconheceu no exercício de 2021 o montante de R\$ 17.898, sendo o valor do principal de R\$ 8.472 e de atualização monetária sobre o indébito de R\$ 9.426, os montantes ora informados foram revisados e tiveram o suporte de consultoria externa, a qual aplicou os métodos em conformidade com a modulação do STF. A compensação dos créditos fiscais de PIS e COFINS serão efetuadas por meio de procedimento administrativo, cuja autoridade fiscal tem o prazo legal para executar o seu direito de fiscalizar a Companhia ou existir a homologação por prescrição.

	2024	2023
11. Depósitos judiciais:	13.660	13.660
Depósitos judiciais – COFINS (*)	13.660	13.660
Bloqueio judicial trabalhistas	-	-
<b>Total</b>	<b>13.660</b>	<b>13.660</b>

(\*) A Companhia efetuou depósitos judiciais da COFINS judicialmente, que corresponde ao período de dezembro de 2006 a junho de 2021, correspondente ao montante de R\$ 18.553, e está no aguardo da decisão do juízo com relação ao valor que terá direito a restituir, isso decorre de que em 2006, a Companhia entrou com mandado de segurança visando a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS, sendo autorizada em juízo a recolher as diferenças entre o cálculo da Companhia e o cálculo conforme regime fiscal. Devido a decisão do STF, modulando a forma de cálculo da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, a Companhia reverteu a provisão para riscos fiscais que havia provisionado contra o resultado do exercício, efetuando o registro do passivo fiscal diferido sobre o valor, e atualmente espera a liberação dos valores depositados judicialmente.

**POLY-VAC S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS**

	2024		2023	
12. Imobilizado:				
	Taxa depreciação (%) a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 20	59.093 (54.086)	5.007	4.631
Móveis e utensílios	10	1.271 (1.249)	22	25
Ativo de direito de uso	10	48.440 (20.064)	28.376	34.313
Veículos	20	2.016 (685)	1.331	634
Outros	-	4.075	4.075	4.075
<b>Total</b>	-	<b>114.895 (76.084)</b>	<b>38.811</b>	<b>43.678</b>

O ativo imobilizado da Companhia está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas atividades exercidas pela Companhia. A seguir, a movimentação do imobilizado em 2024 e 2023:

	2023			2024		
Máquinas, equipamentos e instalações	Saldo final	Adições	Transferências	Saldo final	Depreciações	Saldo final
	3.976	1.503	(229)	3.908	(1.342)	3.908
Móveis e utensílios	48	-	-	44	(4)	44
Veículos	658	863	-	1.355	(166)	1.355
Outros	4.683	216	-	5.128	(229)	5.128
Ativo direito de uso	34.313	-	-	28.376	(5.937)	28.376
<b>Total</b>	<b>43.678</b>	<b>2.582</b>	<b>(7.449)</b>	<b>38.811</b>	<b>(7.449)</b>	<b>38.811</b>

Máquinas, equipamentos e instalações

Revisão da vida útil: A Companhia avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31/12/2024, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior. Revisão do impairment: A Companhia não identificou indicadores de não recuperação para seu ativo imobilizado. 12.1. Direito de uso e passivo de arrendamento: Direito de uso: A Poly-Vac possui contratos de arrendamentos referentes a contratos de locação de imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização permanecem com o arrendador. O reconhecimento está apresentado em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Em 31/12/2024, o valor contábil referente ao direito de uso dos compromissos de arrendamentos registrados no ativo imobilizado como direito de uso era de R\$ 28.376. Passivo de arrendamento: As obrigações decorrentes de Arrendamentos a pagar, referentes à norma contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos, são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Em 31/12/2024 a taxa média ponderada utilizada de desconto aplicada no reconhecimento dos contratos de arrendamentos foi de 6,39%. Os saldos de passivo circulante e não circulante estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Passivo de arrendamento	40.801	47.508
Juros a apropriar – AVP	(6.718)	(8.952)
<b>Total</b>	<b>34.083</b>	<b>38.556</b>

Passivo circulante

	2024	2023
Passivo não circulante	5.318	5.032
13. Fornecedores:	28.765	33.524
Fornecedores nacionais	14.408	20.720
Fornecedores estrangeiro	217	-
<b>Total</b>	<b>14.625</b>	<b>20.720</b>

A Companhia em 31/12/2024 possuía fornecedores estrangeiros, o qual corresponde ao saldo convertido na Moeda Euro. Em 31 de dezembro 2024 a Companhia não possuía operações de "Forfeiting" ou Risco Sacado.

	2024	2023
14. Obrigações sociais:	142	433
Provisão para férias	884	1.060
INSS a recolher	494	888
Salários	287	337
FGTS a recolher	31	22
Encargos sociais – FGTS	44	84
Outros	31	80
Encargos sociais – INSS	53	45
Empréstimo consignado	1.966	2.949
<b>Total</b>	<b>2.024</b>	<b>2.023</b>

15. Impostos, taxas e contribuições:

	2024	2023
IRRF a recolher	559	696
ICMS a recolher	545	1.030
COFINS a recolher	445	647
PIS a recolher	95	139
Outros	15	22
<b>Total</b>	<b>1.659</b>	<b>2.534</b>

16. IRPJ e CSLL: a. IRPJ e CSLL a pagar:

	2024	2023
IRPJ	342	127
CSLL	127	469
<b>Total</b>	<b>469</b>	<b>596</b>

17. Provisão para riscos processuais (contingências): A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, civil e criminal. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais. Em 31/12/2024, está provisionado o montante de R\$ 495 (R\$ 431 em 31/12/2023), o qual, na opinião da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais em 31/12/2024, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, ainda assim foram recolhidos depósitos judiciais para a totalidade dos montantes.

	2024		2023	
Depósitos judiciais processuais	2024	2023	2024	2023
Trabalhista	496	431	496	431
ICMS sobre base de cálculo COFINS	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>496</b>	<b>431</b>	<b>496</b>	<b>431</b>

As movimentações na provisão para riscos processuais são apresentadas a seguir:

	2023	Adições	Reversões	2024
Trabalhista	431	65	-	496
ICMS sobre base de cálculo COFINS	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>431</b>	<b>65</b>	<b>-</b>	<b>496</b>

ICMS sobre base de cálculo COFINS: Em 2006, a Companhia entrou

com mandado de segurança visando a exclusão do ICMS da base de cálculo da COFINS, sendo autorizada em juízo a recolher as diferenças entre o cálculo da Companhia e o cálculo conforme regime fiscal. Com isso, a Companhia mensalmente calcula e adiciona a diferença na conta de provisão para riscos fiscais e efetua o recolhimento dos depósitos judiciais. Processos com probabilidade de perda possível: A Companhia possui processos nos quais a probabilidade de perda possível, sendo ações de natureza cível no montante de R\$ 1.515 (R\$ 1.478 em 31/12/2023), de natureza trabalhista não havia montante de perda possível (R\$ 409 em 31/12/2023), de natureza tributária no montante de R\$ 194 (R\$ 667 em 31/12/2023) em 2024 de acordo com seus assessores jurídicos, foram classificadas como risco de perda possível, não cabendo efetuar a provisão. Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre coisa julgada em matéria tributária: Em 08/02/2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva "coisa julgada" a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24/IAS 10 Eventos Subsequentes, não resulta em impactos em suas demonstrações contábeis de 31/12/2023 e 2024. 18. Patrimônio líquido: a. Capital social (Valor expresso em reais) : O capital social da Companhia em 31/12/2024 é de R\$ 45.163.927, dividido em 129.224.067 ações ordinárias nominativas e (em 2023 foi de R\$ 4.211.427, dividido em 129.224.067 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal) totalmente subscrito e integralizado.

Acionistas	Números de ações	Participação no capital social (%)
Michela Brigidia Aripoll	116.314.583	90,01
Denis Arrippol Borenstein	12.909.484	9,99
<b>Total</b>	<b>129.224.067</b>	<b>100</b>

Em setembro de 2020, a Companhia efetuou a cisão parcial de ativos, reduzindo o capital social no montante de R\$ 23.088, que corresponde a redução na quantidade de 93.216.365 ações. A Cisão foi efetuada com base em valores contábeis de registro. b. Reserva legal: Constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei, é destinada à manutenção da integridade do capital social. O saldo constituído até o momento está no limite de 20% em conformidade com a exigência da Lei nº 6.404/76. c. Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95: De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício de 2024, no montante de R\$ 6.938 (R\$ 7.368 em 31/12/2023), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendo mínimo obrigatório seja de 10% do resultado no exercício, ajustado na forma da lei, quando houver lucro no exercício. Dividendos adicionais podem ser distribuídos, desde que aprovado em ata. Em 2024 não houve dividendos, pois os Juros sobre o Capital Próprio superaram o percentual mínimo de 10% sobre o lucro do exercício. Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	Valor
Lucro líquido do exercício	10.482
(-) Reserva legal	(509)
<b>Base de cálculo</b>	<b>9.973</b>
Juros sobre o capital próprio	6.938
IRRF – IRPJ Retido na Fonte = 15%	(1.041)
<b>Juros sobre o capital próprio líquido de impostos % dos Juros sobre o capital próprio sobre o lucro líquido do exercício</b>	<b>5.897</b>

Os juros sobre capital próprio foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Base para o cálculo: 2024 2023 117.286 105.231 117.286 105.231 Patrimônio líquido Base para o cálculo TJLP acumulada 2024 – 7,43% a.a. (2023 – 6,55% a.a.) IRPJ Retido na Fonte – IRRF 6.938 7.368 (1.041) (1.105) Juros sobre capital próprio a pagar líquido de IRRF 5.897 6.263

d. Retenção de lucros: Conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Administração propõe ad referendum na Assembleia dos acionistas a destinação do saldo do lucro líquido do exercício, quando houver, após a destinação da reserva legal, dividendos e juros sobre o capital próprio. Limite para reserva de retenção de lucros, a reserva de lucros no exercício findo de 31/12/2024 superou o valor do capital social, conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, a administração em conjunto com os acionistas, irão avaliar a destinação para aumento de capital social ou distribuição da retenção de lucros na Assembleia Geral que ocorrerá em abril de 2025.

	2024	2023
19. Receita operacional líquida:		
Receita bruta operacional de venda – nacional	250.899	284.011
Receita bruta operacional de venda – exterior	6.908	8.081
<b>Subtotal</b>	<b>257.807</b>	<b>292.092</b>
Impostos sobre vendas	(54.353)	(62.640)
Devolução de vendas	(4.142)	(3.945)
<b>Subtotal</b>	<b>(58.495)</b>	<b>(66.585)</b>
<b>Total</b>	<b>199.312</b>	<b>225.507</b>

A Companhia possui um cliente significativo, que superou o percentual de 10% do total da receita líquida no exercício de 2024. A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A, divulgando a conciliação da receita bruta tributável e outras contas de controle.

	2024	2023
20. Despesas de vendas	(6.264)	(6.562)
Frete e carretos	(2.630)	(2.928)
Comissões sobre vendas	(2.062)	(2.042)
Ordenados salários	(748)	(775)
Outras despesas	(1.142)	(1.024)
Outras obrigações trabalhistas	(240)	(248)
Descontos e abatimentos	(178)	(249)
Despesas com exportação	(153)	(154)
Encargos sociais – FGTS	(485)	(446)
Encargos sociais – INSS	(161)	-
Títulos incobráveis	(837)	(837)
Depreciação arrendamento	(14.900)	(15.265)
<b>Total</b>	<b>(20.224)</b>	<b>(20.224)</b>

21. Despesas gerais e administrativas:

	2024	2023
Ordenados e salários	(4.569)	(4.319)
Serviços prestados	(826)	(1.012)
Férias	(708)	(611)
Outras despesas	(1.225)	(706)
Assistência médica	(531)	(475)
Encargos sociais – FGTS	(436)	(475)
Manutenção máquinas e outros	(237)	(232)
13º salário	(409)	(433)
Encargos sociais – INSS	(1.414)	(1.250)
Outras obrigações trabalhistas	(332)	(473)
Energia elétrica	(221)	(247)
Materiais de limpeza	(134)	(161)
Impostos e taxas	(69)	(70)
Depreciação	(125)	(80)
Despesas não dedutíveis	(9)	(26)
Depreciação arrendamento</		

POLY-VAC S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS		
<b>Posição a pagar aos acionistas em 2024 e 2023:</b>		
	2024	2023
Juros sobre o capital próprio	3.842	4.231
Dividendos	16.100	-
<b>Total</b>	<b>19.942</b>	<b>4.231</b>
<b>Posição a pagar aos acionistas em 2024 e 2023:</b>		
	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>4.231</b>	<b>2.703</b>
Constituição a pagar de Dividendos	403	708
Dividendos pagos	(403)	(708)
Dividendos propostos e aprovados na AGO de 2024	16.100	-
Constituição de JSCP, líquido de impostos	5.898	6.262
JSCP pago	(6.287)	(4.734)
<b>Saldo Final</b>	<b>19.942</b>	<b>4.231</b>
<p><b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis</b></p> <p>Aos Administradores e Acionistas da <b>Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens</b>, São Paulo - SP. <b>Opinião sobre as demonstrações contábeis:</b> Examinamos as demonstrações contábeis da <b>Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens ("Companhia")</b>, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da <b>Poly-Vac S.A. Indústria e Comércio de Embalagens</b> em 31/12/2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir</p> <p>intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:</b> A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:</b> A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 02/04/2025.</p>		
<p><b>DIRETORIA</b></p> <p><b>Michela Brigida Arippol</b> - Diretora Presidente <b>Denis Arippol Borenstein</b> - Diretor</p> <p><b>Sérgio Costa</b> - Diretor Administrativo Financeiro <b>Marcos Antônio Lessa Silva</b> - Gerente Financeiro</p> <p><b>Keli Cristina da Silva</b> - CRC 1SP235514/0-6</p>		
<p><b>BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.</b> CRC 2 SP 013846/0-1 <b>Luiz Fernandes Carvalho Tenório</b> Contador CRC 1 SP 264072/0-9</p>		

## Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

**DATA MERCANTIL** São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/04/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação Nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo - ABASP

CNPJ/MF nº 35.300.908/0001-03  
**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**  
 Prezados associados, Nos termos do Estatuto da Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação Nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo (CNPJ/MF: 35.300.908/0001-03) ("ABASP" ou "Associação"), venho convocá-los para se reunir em **assembleia geral ordinária e extraordinária** da Associação, a realizar-se no dia **16 de abril de 2025, à Avenida Faria Lima, n. 1478, 8º. Andar, São Paulo/SP, com primeira chamada às 09:00hs, e segunda chamada às 09:30**, para deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (I) Aprovação das contas da Associação, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme parecer da Auditoria Independente e parecer do Conselho Fiscal, previamente aprovados no contexto da Ata de Reunião do Conselho de Administração n. 4/2025, realizada em 21 de março de 2025; (II) Eleição do membro do Conselho de Administração, conforme indicação do Associado Metrô, nos termos do Estatuto Social da Associação; (III) Eleição do membro do Conselho Fiscal, conforme indicação do Associado Metrô, nos termos do Estatuto Social da Associação; (IV) Alteração do artigo 1º, do Estatuto Social, referente a atualização do endereço da ABASP; (V) Alteração do artigo 15º, do Estatuto Social, referente a periodicidade das reuniões ordinárias do Conselho de Administração ABASP; (VI) Alteração do artigo 17º, Parágrafo 1º, referente consulta ao Comitê Técnico de Bilhetagem em caso de empate em reunião do Conselho de administração da ABASP. Atenciosamente, **Presidente do Conselho de Administração - Fernando Manuel Mendes Nogueira. (05, 08 e 09/04/2025)**

## DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92 – Companhia Aberta  
**Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária**  
 Convocamos os Srs. acionistas da DM Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2025, às 17h, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**: 1 – Tomar as contas dos administradores da Companhia; 2 – Examinar e votar o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, demais demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 3 – Fixação do número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; 4 – Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; 5 – Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual dos Administradores para o exercício de 2025. **Informações Gerais: I) Participação dos acionistas na AGO.** Os acionistas poderão participar da AGO: (i) pessoalmente, ou (ii) por meio de procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76 conforme alterada ("Lei das S.A.") e de acordo com o Artigo 10º parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia. Aos Acionistas que decidirem participar e votar na AGO através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de solicitação à Companhia, juntamente com a documentação de comprovação de sua qualidade como acionista, através do e-mail [dmfinanceira@vocedm.com.br](mailto:dmfinanceira@vocedm.com.br), aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores. Conforme o estabelecido no Artigo 9º parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia e nas normas aplicáveis, a comprovação da condição de acionista deverá ocorrer, mediante a apresentação de: (i) documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das S.A.; e (iii) quando necessário, comprovante da instituição prestadora dos serviços de depósitos escriturais ou da instituição custodiante, emitido, pelo menos, 05 (cinco) dias úteis antes da AGO e colocado na sede da Companhia e/ou enviado digitalizado, no máximo, 2 (dois) dias úteis antes da AGO. A Companhia esclarece que os acionistas deverão depositar os respectivos documentos mencionados na sede da Companhia, em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGO. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGO, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes, conforme o disposto no § 2º do artigo 6º da Resolução CVM 81. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na AGO, a Companhia enviará, ao endereço de e-mail indicado pelo acionista, o link e as instruções de acesso à plataforma aos acionistas ou, se for o caso seus representantes legais ou procuradores. Referidas informações serão pessoais e intrasferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. **II) Documentos à disposição dos acionistas.** Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGO, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e nas páginas (<https://www.vocedmfinanceira.com.br>), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) na rede mundial de computadores, em conformidade com as disposições da Lei das S.A., e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, ("Resolução CVM 81"). **III) Participação via Boletim de Voto à Distância:** A Companhia adotará o sistema de votação a distância nos termos da Resolução CVM 81, de forma que os acionistas poderão alternativamente participar da AGO mediante o envio do boletim de voto a distância conforme modelos, nos termos indicados na Proposta de Administração disponibilizada nos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da Companhia (<https://www.vocedmfinanceira.com.br>), o por meio de seus respectivos agentes de custódia, (ii) via a instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, ou, (iii) diretamente à Companhia. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto à distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como as orientações e prazos constantes dos próprios boletins de voto, na Proposta da Administração. São José dos Campos, 05 de abril de 2025. **Carlos Antonio Tamaki** – Presidente do Conselho de Administração; **Tharik Camocardi de Moura** – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (05, 22 e 23/04/2025).

## ARMCO DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 71.586.952/0001-87 - NIRE nº 35.300.136.764  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
 Ficam convocados os senhores acionistas da Armco do Brasil S.A. ("Companhia") a se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária (AGE)**, que se realizará no dia **15 de abril de 2025 (terça-feira) às 15:00 horas**, em sua filial estabelecida na Av. Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, n. 2.705, Distrito Industrial, município de Jacareí, Estado de São Paulo, CEP n. 12.321-150, para, nos termos dos Artigos 121 e seguintes da Lei no 6.404/76, deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I. Ordem do Dia** - Aprovação do pedido de Recuperação Extrajudicial, conforme proposto nos autos nº 1003224-85.2024.8.26.0260, em trâmite perante a 2ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca da Capital – São Paulo. **II. (1)** Caso o associado esteja impossibilitado de comparecer, recomenda-se a indicação de procurador devidamente constituído, conforme normas estatutárias. **(2)** Aos convocados será disponibilizado via e-mail ou versão física da minuta da AGE, a partir de 07/04/2025. **(3)** Para maiores informações, os interessados podem contatar por e-mail – Dr. Eduardo Lins – [eduardolins@armco.com.br](mailto:eduardolins@armco.com.br). **III. (1)** Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral Extraordinária, ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. **(2)** Conforme art. 135 da Lei 6.404/76, a Assembleia será instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda com qualquer número. **(3)** O acionista pode ser representado na assembleia-geral por procurador constituído, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. São Paulo, 03 de abril de 2025. **ROBERTO GALLO** - Presidente do Conselho de Administração. (04, 05 e 08/04/2025)

## Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

CNPJ nº 11.992.680/0001-93 – NIRE 35.300.379.560 – CVM nº 22497 – Companhia Aberta  
**Ata de Reunião do Conselho Fiscal realizada em 26 de fevereiro de 2025**  
**1. Data, Hora e Local:** Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de fevereiro de 2025, às 15h00, em reunião realizada de forma exclusivamente digital, em conformidade com Artigo 7º, Parágrafo 1º, do Regimento Interno do Conselho Fiscal ("Regimento Interno"). **2. Convocação e Presença:** Realizada convocação, nos termos do Artigo 6º, do Regimento Interno. Presentes à reunião a totalidade dos membros titulares do Conselho Fiscal da Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), os Srs. Eduardo Rogatto Luque, Flavio Stamm e Eros Henrique Dalhe. **3. Mesa:** Presidente: Eduardo Rogatto Luque; Secretária: Aline Vieira Ferraz. **4. Ordem do Dia:** Opinar sobre o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação do resultado, acompanhadas da minuta do relatório dos auditores externos independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em atendimento ao disposto no Artigo 163, incisos II, III e VII, da Lei 6.404/76, e Artigo 2º, (ii) e (vii), do Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia. **5. Deliberações:** **5.1.** Após acompanharem a reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2025, às 13h30, os membros do Conselho Fiscal, considerando as informações prestadas pela Administração e pela E&Y, na reunião realizada conjuntamente com o Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance em 25 de fevereiro de 2025, opinaram pela aprovação, em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório anual da administração e do relatório da E&Y sem ressalvas, e da proposta de destinação do resultado na forma constante das demonstrações financeiras. **5.2.** Uma vez emitido na sua forma final a minuta do relatório dos auditores da E&Y sem ressalvas apresentado ao Conselho Fiscal, foi aprovado, por unanimidade, a emissão do parecer do Conselho Fiscal (**Anexo I**), em conformidade com os incisos do Art. 163 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social da Companhia e o Regimento Interno. **6. Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os membros efetivos do Conselho Fiscal presentes. São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. Presidente – Murilo Ramos Neto, Secretária – Aline Vieira Ferraz. Membros titulares do Conselho Fiscal presentes: Eduardo Rogatto Luque, Flavio Stamm e Eros Henrique Dalhe. Certifico, para os devidos fins, que o presente documento é um extrato da ata lavrada em livro próprio, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 130 da Lei das S.A. São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. **Aline Vieira Ferraz** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 100.061/25-4 em 28/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

## Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

CNPJ nº 11.992.680/0001-93 – NIRE 35.300.379.560 – CVM nº 22497 – Companhia Aberta  
**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de fevereiro de 2025**  
**1. Data, Hora e Local:** Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de fevereiro de 2025, às 13:30, em reunião realizada de forma exclusivamente digital, em conformidade com o Artigo 19 do Regimento Interno do Conselho de Administração. **2. Convocação e Presença:** Convocação realizada nos termos do Artigo 20, caput, do Estatuto Social da Companhia e presentes à reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. Bernardo Dantas Rodenburg, Luis Felipe Cruz, Murilo Ramos Neto, Ricardo Bottas Dourado dos Santos e Ricardo Saad Afonso. Presente também o Presidente do Conselho Fiscal Companhia, o Sr. Eduardo Rogatto Luque, durante as discussões dos itens 5.1 e 5.2 da ordem do dia. **3. Mesa:** Presidente: Murilo Ramos Neto; e Secretária: Aline Vieira Ferraz. **4. Ordem do Dia:** Reunir-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre: (i) manifestação favorável à aprovação pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGE"), das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia; (ii) manifestação favorável à aprovação, pelos acionistas da Companhia em AGE, da proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) a convocação da AGE da Companhia; e (iv) a autorização da prática, pela Diretoria e/ou procuradores da Companhia e de suas subsidiárias, de todos os atos que forem necessários à efetivação das deliberações tomadas com relação às matérias objeto desta ordem do dia, bem como a ratificação dos atos já praticados para o mesmo fim. **5. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, sem quaisquer restrições ou ressalvas, por unanimidade de votos, deliberaram: **5.1.** Manifestar-se favoravelmente à aprovação, pelos acionistas da Companhia em AGE, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal que será emitido por seus membros após a presente reunião. **5.2.** Manifestar-se favoravelmente à aprovação, pelos acionistas da Companhia em AGE, da proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 6.578.923,37, observados os pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia, bem como o relatório dos Auditores Independentes, nos seguintes termos: (i) R\$ 328.946,17, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, será destinado à constituição da reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76. (ii) R\$ 1.562.494,30, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício após constituição da reserva legal, será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, nos termos do art. 202 da Lei 6.404/76, o qual será pago até 31 de dezembro de 2025. As ações da Companhia passarão a ser negociadas "ex-dividendos" na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão a partir de 30 de junho de 2025, inclusive; e (iii) R\$ 4.687.482,90 será destinado à reserva estatutária de investimento. **5.3.** Aprovar a convocação da AGE, a ser realizada, em primeira convocação, em 28 de março de 2025, às 11:00 horas, para deliberar as matérias de competência da AGE, nos termos da legislação vigente, e do Manual de Participação e Proposta da Administração para a AGE, que será disponibilizado aos acionistas no website da Companhia ([ri.qualicorp.com.br](http://ri.qualicorp.com.br)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([b3.com.br](http://b3.com.br)). **5.4.** Autorizar a prática, pela Diretoria e/ou procuradores da Companhia e de suas subsidiárias, de todos os atos que forem necessários à efetivação das deliberações tomadas com relação às matérias objeto desta ordem do dia, bem como a ratificação dos atos já praticados para o mesmo fim. **6. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. Presidente – Murilo Ramos Neto; Secretária – Aline Vieira Ferraz. Membros do Conselho de Administração presentes: Bernardo Dantas Rodenburg, Luis Felipe Cruz, Murilo Ramos Neto, Ricardo Bottas Dourado dos Santos e Ricardo Saad Afonso. Certifico, para os devidos fins, que o presente documento é um extrato da ata lavrada em livro próprio, nos termos do parágrafo 3º, do Artigo 130, da Lei 6.404/76. São Paulo, 26 de fevereiro de 2025. (ass.) **Aline Vieira Ferraz** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 100.060/25-0 em 28/03/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

## VTECH Corretora e Administradora de Seguros S/A

CNPJ/MF nº 43.201.986/0001-70 – NIRE 35.300.632.729  
**Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária**  
 Ficam os acionistas convocados para a Assembleia Geral Extraordinária na sede na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.500, cj. 191, 19º andar, Bl. 01, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP 05001-100, a ser realizada em 16/04/2025, às 9h em primeira convocação, e às 10h00 em segunda convocação, a ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, e em segunda convocação, com qualquer número (art. 135 da Lei 6.404/1976). A Assembleia terá como **Ordem do Dia:** **i)** Aprovar o projeto de reformulação societária para planejamento das futuras operações da sociedade com as diretrizes de realização; **ii)** Aprovar a alteração do Acordo de Acionistas com revogação do acordo atual e criação de novo Acordo de Acionistas; **iii)** Aprovar a alteração do Estatuto Social, com a reformulação das regras do estatuto e definição de matérias a serem alteradas; **iv)** Autorizar a diretoria a providenciar a contratação do escritório de apoio e medidas necessárias; **v)** Convocar a próxima assembleia para debate e assinatura dos novos documentos. O Estatuto Social e o Acordo de Acionistas vigentes já se encontram à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, atendendo-se ao disposto no art. 135, § 3º, da Lei 6.404/1976. Ass. **Carlos José de Paiva** – Presidente do Conselho de Administração. São Paulo, 01 de abril de 2025. (03, 04 e 05/04/2025)

BUSINESS CHART - VISUAL

BUSINESS CHART

# DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL  
[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

Who is your audience and what are their needs? This can help you better articulate the benefits of doing business with you and deliver a smarter product or service.

datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/04/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

